

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Edital 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	GRACIENE DE OLIVEIRA SOUSA	19/06/2026 11:45 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	293/2026	25000.033591/2026-70

CONCORRÊNCIA 90293/2026

(Processo Administrativo nº 25000.033591/2026-70)

CONTRATANTE: 250110**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para reforma do 2º Pavimento para a Implantação da Creche Albert Sabin da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro - SEMS-RJ.**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.650.155,39** (três milhões, seiscentos e cinquenta mil cento e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos).**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 07/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília).**Critério de Julgamento:** menor preço global**Modo de disputa:** aberto**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:** NÃO

Torna-se público que o Ministério da Saúde, por meio da COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP: 70058-900, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para reforma do 2º Pavimento para a Implantação da Creche Albert Sabin da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro - SEMS-RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.17. O valor final mínimo na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,15 (quinze centavos de real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.11.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.13.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado assessoria.cginfra@saude.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante

correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de solicitação via e-mail dipli@saude.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta

em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: dipli@saude.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro** /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos. Cumpre informar que, devido ao tamanho, os referidos anexos estão disponíveis no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1Pf9QlqmeSRAdmFIQUfhFfbjbKfi0of8a?usp=sharing>
- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.1.2 Apêndice II Lev. Quantitativos Serviços Gerais;
- 16.11.1.3 Apêndice III Lev. Quantitativos Arquitetura;
- 16.11.1.4 Apêndice IV Lev. Quantitativos Hidráulica;
- 16.11.1.5 Apêndice V Lev. Quantitativos Elétrica;
- 16.11.1.6 Apêndice VI Lev. Quantitativos Climatização;
- 16.11.7 Apêndice VII Planilha Consolidada Quantitativos
- 16.11.8 Apêndice VIII Caderno Geral Encargos;
- 16.11.9 Apêndice IX Memorial Descritivo Arquitetura;
- 16.11.10 Apêndice X Memorial Descritivo Hidráulica;
- 16.11.11 Apêndice XI Memorial Descritivo Elétrica;
- 16.11.12 Apêndice XII Memorial Descritivo Climatização;
- 16.11.13 Apêndice XIII Orçamento Sintético Desonerado Comparativo;

16.11.14 Apêndice XIV Composição BDI Desonerado Comparativo;

16.11.15 Apêndice XV Orçamento Resumido;

16.11.16 Apêndice XVI Orçamento Sintético Não Desonerado;

16.11.17 Apêndice XVII Orçamento Analítico Não Desonerado;

16.11.18 Apêndice XVIII Curva ABC Insumos;

16.11.19 Apêndice XIX Curva ABC Serviços;

16.11.20 Apêndice XX Composição BDI Não Desonerado;

16.11.21 Apêndice XXI Cronograma Físico - Financeiro;

16.11.21 Apêndice XXII Encargos Sociais RJ;

16.11.22 Apêndice XXIII Orçamento Sintético Modelo Planilha em Branco;

16.11.23 Apêndice XXIV Mapa Cotação de Preços;

16.11.24 Apêndice XXV Modelo Planilha Medição;

16.11.25 Apêndice XXVI Relação Projetos Executivos;

16.11.26 Apêndice XXVII Projeto Executivo Arquitetura;

16.11.27 Apêndice XXVIII Projeto Executivo Hidráulica;

16.11.28 Apêndice XXIX Projeto Executivo Elétrica;

16.11.29 Apêndice XXX Projeto Executivo Climatização;

16.11.30 Apêndice XXXI Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;

16.11.31 Apêndice XXXII Modelo Análise Técnica das Propostas;

16.11.32 Apêndice XXXIII Modelo Ordem Serviço;

16.11.33 Apêndice XXXIV Mapa de Riscos_MR_165-2025;

16.11.34 Apêndice XXXV Cenas Perspectivas 3D;

16.11.35 Apêndice XXXVI Anotação de Responsabilidade Técnica

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA

Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 11:45:11.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Referência 51/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
51/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	MARCELO FERREIRA BORGES DE MORAES	17/04/2026 14:23 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	293/2026	25000.033591/2026-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25000.033591/2026-70)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de obra de engenharia para a Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento..

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ	1627	un	01	R\$ 3.650.155,39	R\$ 3.650.155,39
TOTAL						3.650.155,39

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação tem a natureza de obra de engenharia, portanto a licitação será realizada na modalidade denominada Concorrência, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 157/2025.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000018/2026

II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;

III) Id do item no PCA: 634;

IV) Classe/Grupo: 545;

V) Identificador da Futura Contratação: 250110-296/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares ETP 157-2025 e nos Cadernos de Encargos e dos Memoriais Descritivos das Disciplinas, apêndices deste Termo de Referência.

3.2.. Os quantitativos de serviços a ser executados, necessários para a Reforma da Creche, estão discriminados na Planilha Orçamentária Sintética, Apêndice deste TR.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Considerar, na execução dos serviços de Reforma da Creche, as estratégias sustentáveis contidas nos manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 2 – SLTI/MPOG, de 2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam Retrofit, bem como o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

4.1.2. Os serviços da Reforma da Creche deverão estar inseridos num conceito sistêmico de sustentabilidade, isto é, deve ser considerada a utilização de soluções e técnicas que produzam menores impactos ambientais sempre que esse uso for justificado pela pertinência dos tipos de material e equipamentos ao contexto do Prédio e da região que eles estão inseridos.

4.1.3. Deve-se considerar aspectos tais como:

- Eficiência Energética;
- Conforto Ambiental
- Conservação da Água;
- Conforto sonoro;
- Seleção dos materiais de baixo impacto ambiental;
- Saúde e conforto do usuário;

4.1.4. Os produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, aplicados na obra, deverão ser provenientes de empresas que pratiquem o manejo sustentável, devidamente cadastradas e fiscalizadas pelo IBAMA e/ou com certificação de instituições reconhecidas pelo órgão ambiental.

4.1.5. Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a escolha de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado.

4.1.6. Todos os equipamentos especificados que farão parte dos sistemas a serem instalados, deverão possuir, sempre que assim existirem, etiquetas Classe A do Selo Procel de Economia de Energia, instituído pelo Decreto Presidencial de 08/12 /1993 e pela IN 02 SLTI/MPOG de 04 de junho de 2014. O Selo Procel é um produto desenvolvido e concedido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com sua Secretaria-Executiva mantida pelas Centrais Elétricas Brasileiras S. A – Eletrobrás. A FISCALIZAÇÃO reserva o direito de verificar a existência, no caso de especificação de equipamento com eficiência energética incompatível com o supracitado, de equivalente técnico de melhor desempenho, sendo a CONTRATADA obrigada a efetuar a sua substituição no ato da sua utilização na obra.

4.1.7. A CONTRATADA deverá considerar na execução dos serviços as normas de segurança e o cumprimento de outras disposições legais, federais e estaduais pertinentes.

4.1.8. A CONTRATADA deve seguir a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/2014 e Portaria nº 149/2020 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a Instrução Normativa 1, de 19/01/2010, sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e demais legislações.

4.1.9. A análise, conferência e recebimento provisório e definitivo dos serviços serão procedidos pela FISCALIZAÇÃO, que será rigorosa quanto aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade.

4.1.10. A execução dos serviços contratados devem ser procedidos visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

- a) Ambientes com aproveitamento de luz e ventilação natural;
- b) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- c) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, uso de sensores de presença;
- d) Adotar lâmpadas em LED e luminárias de alto rendimento e eficiência;
- e) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.
- f) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- g) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- h) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- i) fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- j) orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- k) observar as orientações da Contratante para a correta separação dos resíduos recicláveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação de marca ou modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares ETP157_2025. Todos os materiais e equipamentos especificados admitem estrita equivalência técnica.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (**vinte e cinco** por cento) do valor total do contrato.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste nas obras de Engenharia para a Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- 4.5.1. Fornecimento e instalação de divisórias;
- 4.5.2. Rede Estruturada de Dados e Voz;
- 4.5.5. Sistema de Prevenção de Combate a Incêndio e Alarme de Incêndio;
- 4.5.4. Sistema de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018

4.11. A subcontratação para serviços e engenharia e obras justifica-se pela possibilidade de reduzir custos, aumentar a eficiência na execução das obras, transferir responsabilidades técnicas e operacionais para empresas especializadas, além de promover a inovação e a competitividade no setor da construção civil.

4.12. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **total** da contratação.

4.13.1 Como se trata de contratação de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.14. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.14.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.14.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.14.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.14.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.15. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.17. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.18. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.18.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.19. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.19.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.19.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.19.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.20. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.20.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.21. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.22. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.23. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.24. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.24.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.24.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.25. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.25.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.25.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.26. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.27. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.28. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.29. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.30. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às **16:00** horas.

4.31. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia a ser agendada via e-mail no endereço assessoria.cginfra@saude.gov.br.

4.32. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.33. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.34. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias após a emissão da ordem de serviço.

5.1.1.1. A vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da sua assinatura, constituído dos seguintes períodos:

a) Será emitida a Ordem de Serviço, com duração de 15 (quinze) dias corridos, para mobilização e início dos serviços. Neste prazo a Contratada deverá providenciar os seguintes documentos para a autorização do início da execução do objeto:

- Carta do Preposto da empresa;
- Documentação e nome do Engenheiro responsável pela obra;
- Relação e documentação dos funcionários que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação da obra;

- Exames médicos admissionais dos empregados;
- Anotação de Responsabilidade Técnica e registro do contrato junto ao Conselho Profissional;
- Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço a ser ajustado pela Contratada com o valor do seu preço final ofertado, para fins de aprovação pela Fiscalização;
- Apresentar a Planilha com o orçamento sintético em Excel ajustada a seu preço final ofertado, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, para fins de elaboração da Planilha de Medição de Serviços;
- Apresentar a Planilha com o orçamento analítico (CPUs) ajustada a seu preço final ofertado, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta;
- Certificado de matrícula junto ao Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal, referente a respectiva obra;
- Mobilização preliminar para contratação da equipe de produção, reuniões preliminares, etc.;
- Aprovação do projeto do canteiro de obras com a localização dos barracões/containers no terreno/lote;
- Abertura do Diário de obras

b) 180 (cento e oitenta) dias corridos para execução dos serviços, conforme Cronograma Físico-Financeiro ajustado;

c) 45 (quarenta e cinco) dias corridos a entrega provisória dos serviços;

d) 30 (trinta) dias corridos para a entrega definitiva dos serviços

e) 90 (noventa) dias corridos para eventuais atrasos justificados dos serviços, ou fatos impeditivos ou ocorrências de imprevistos na execução contratual. Resta, também, para folga de vigência do contrato para outras necessidades que venha a ocorrer.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A CONTRATADA deverá elaborar o PLANO DE EXECUÇÃO DA OBRA, e apresentá-lo à FISCALIZAÇÃO, para fins de análise e aprovação. O plano de execução da obra (também conhecido como plano de ataque da obra) deverá detalhar todas as etapas e atividades necessárias para a execução dos serviços contratados, garantindo que a mesma seja concluída dentro do prazo, orçamento e qualidade esperados. Este plano servirá como guia para a equipe de instalação e montagem, facilitando o acompanhamento e controle dos serviços.

5.1.2.2. Na Elaboração do Plano de Execução da Obra deverá constar:

- Identificação das Etapas da Obra: definir todas as etapas e atividades que compõem os serviços contratados, desde os serviços preliminares até a entrega final.
- Definição de Prazos: Estabelecer um cronograma detalhado com as datas de início e término de cada etapa, considerando as dependências entre elas.
- Planejamento da Ordem de Execução: Definir a sequência lógica das atividades, garantindo a correta progressão da obra.
- Definição de Recursos: Identificar os recursos necessários (histograma de mão de obra, materiais, equipamentos) para cada etapa e garantir a sua disponibilidade no momento oportuno.
- Controle e Acompanhamento: Implementar um sistema de controle para monitorar o progresso da obra, identificar desvios e tomar medidas corretivas.
- Consideração de Riscos: Elaborar Mapa de Riscos (Matriz de Riscos) prevendo possíveis imprevistos, impactos, ações preventivas e ações de contingência para lidar com eles, minimizando atrasos e custos adicionais.

g) Comunicação e Colaboração: Manter uma comunicação clara e transparente entre todos os envolvidos na obra, incluindo clientes, engenheiros, arquitetos e equipe de construção.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A execução dos serviços será iniciada após 15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço, cujas etapas observarão o cronograma físico financeiro elaborado pela CONTRATANTE ajustado pela CONTRATADA, conforme seu preço ofertado na licitação. O cronograma entregue pela CONTRATADA em sua proposta deve seguir o que prescreve o cronograma da CONTRATANTE salvo diferenças de metodologia empregadas pela CONTRATADA ou adoção/aplicação de práticas que melhorem o cronograma no sentido de reduzir ou manter a quantidade de meses previstos para a consecução do objeto.

5.1.4. O Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela CONTRATANTE é parte integrante deste Termo de Referência e consta apensado nos Apêndices.

5.1.5. Todos os transportes de pessoal e material correrão por conta da CONTRATADA. Os materiais considerados para bota-fora deverão ser carregados, transportados em caminhões e descarregados pela CONTRATADA em local destinado pela Prefeitura Municipal.

5.1.6. A CONTRATADA deverá tomar todas as precauções para que durante o carregamento e o transporte, o pó e detritos não prejudiquem as atividades normais do Prédio, efetuando a limpeza constante nas áreas afetadas pelos serviços de bota-fora.

5.1.7. A CONTRATADA fica ciente de que todas as responsabilidades oriundas dos serviços de bota-fora, como, por exemplo, as escolhas do local ou danos ali causados, são exclusivamente suas, não cabendo à FISCALIZAÇÃO qualquer responsabilidade ou correção de valor contratado para suprir eventuais danos causados por este serviço

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, Rio de Janeiro/RJ.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- Das 7:00 às 11:00 horas e das 12:00 às 17:00 horas de segunda a quinta-feira; e das 7:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00 horas nas sexta-feira, totalizando 44 horas semanais. Não haverá expediente nos sábados e domingos.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas definidas no Item Planejamento e Controle do Caderno Geral de Encargos, Apêndice deste TR.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Conforme estão discriminados nos Cadernos Geral de Encargos e Memoriais Descritivos dos Serviços para a Reforma da Creche da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ e nas Planilhas Orçamentárias Sintética e Analítica - Apêndices deste Termo de Referência;

5.4.2. Todos os equipamentos e materiais deverão ser fornecidos pela Contratada, os quais serão medidos e pagos pelos quantitativos efetivamente utilizados e na qualidade fornecida, ou seja, compatível com o previsto nos Cadernos dos Memoriais Descritivos;

5.4.3. A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com o cronograma. Em caso de falta de material no mercado, ou demora de fabricação em

que caso de materiais que não são de pronta entrega, além dos que tem que ser encomendados, a contratada deve informar à FISCALIZAÇÃO para que possa justificar a necessidade de prorrogação;

5.4.4.. Todos os equipamentos e materiais a serem empregados nos serviços deverão manter o padrão existente na Edificação, desde que comprovadamente compatíveis com a qualidade prevista no Caderno de Especificações e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT;

5.4.5.. Todos os equipamentos e materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante;

5.4.6.. Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos equipamentos/materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos a serem fornecidos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada e executados por laboratórios aprovados pela FISCALIZAÇÃO, ou ainda, fornecer amostras a serem submetidas à aprovação da fiscalização antes do seu emprego;

5.4.7. Os equipamentos/materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados no local da prestação do serviço;

5.4.8. Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo a Contratada providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio, determinados pelos órgãos competentes;

5.4.9. Materiais de limpeza e de consumo necessários aos serviços (álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos antiferrugem, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon, veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, cola adesiva instantânea e cola adesiva epóxi, parafusos, pilhas para lanterna e buchas de nylon etc.), não serão pagos por medição de quantitativos gastos, pois seus respectivos custos estão inclusos nas composições da SINAPI e no BDI.

5.4.10. A similaridade de um equipamento ou material será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do produto proposto pela Contratada, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a Contratada;

5.4.11. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos equipamentos/materiais usuais do mercado; ou, em não havendo mais disponibilidade no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), substituição por similar;

5.4.12. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia, conforme detalhado no Caderno das Especificações Técnicas;

5.4.13. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO antes de seu emprego;

5.4.14. As cores de quaisquer equipamentos, materiais e pinturas de tubulações a serem executadas serão definidas ou confirmadas pela FISCALIZAÇÃO no momento oportuno, ouvido o autor do projeto;

5.14.15. A Contratada deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto do contrato.

5.14.16. A Contratada deverá designar um preposto para comunicação com a Contratante, informando um número de telefone fixo, um número de telefone celular e um e- mail funcional.

5.14.17. O Contratante não poderá ser responsabilizado por avarias, roubos ou danos porventura causados na obra, enquanto a Contratada estiver atuando nas dependências dos locais da prestação do serviço.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. . Ocupação do ambiente após a Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ.;

5.5.2. Serviços a serem executados no pavimento:

- Mobilização de pessoal, materiais e equipamentos para início dos serviços;
- Instalação de placa da obra e montagem do canteiro de obras;
- Demolições, retiradas e remoção de entulhos;
- Execução de paredes de alvenaria e dry-wall;
- Impermeabilizações e tratamentos;
- Fornecimento e montagem de divisórias, portas e esquadrias de madeira;
- Revestimentos de paredes;
- Revestimentos de forros;
- Revestimentos de pisos, rodapés, soleiras e peitoris;
- Serviços de Serralheria, carpintaria e marcenaria;
- Instalações elétricas (infra-estrutura, iluminação, tomadas, cabos, calhas, caixas, quadros e luminárias);
- Instalações hidrossanitárias (louças e metais, água fria e esgoto sanitário);
- Instalações especiais de Dados e Voz, Detecção e alarme de incêndio,
- Prevenção e Combate a Incêndio,
- Ar Condicionado;
- Pinturas em geral;
- As built dos projetos;
- Limpeza geral e verificação final dos sistemas instalados.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **36 (trinta e seis)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo-se exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da empresa que continuará a manutenção/operação/execução dos serviços.

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Deverá ser realizada a capacitação dos técnicos da Contratante ou da empresa de manutenção /operação que efetuará a manutenção dos serviços executados quando se fizer necessário.

5.8.2. Essa transferência de conhecimento (explicação) dos serviços deverá contemplar a especificação de todos os materiais e como eles devem ser utilizados e a mão-de-obra específica para a devida manutenção.

5.8.3. Essas transferências de como fazer os serviços de manutenção deverão conter os elementos suficientes a contemplar a necessidade de transferir para equipe do Ministério da Saúde (ou contratada do mesmo) todo o conhecimento e condições para dar continuidade aos serviços em caso de necessidade de manutenção futuras.

5.8.4. A CONTRATADA deverá oferecer a capacitação para os servidores e funcionários de empresas terceirizadas que forem indicados pela CONTRATANTE, de forma a garantir adequada e plena utilização dos sistemas instalados no Prédio.

5.8.5. O treinamento deverá ser realizado imediatamente após o período da entrega provisória dos serviços, em carga horária e com métodos suficientes à capacitação para o uso adequado e eficaz das ferramentas necessárias para a manutenção dos sistemas, de forma que os servidores e funcionários indicados pelo Ministério da Saúde possam vivenciar, na prática, a realização das tarefas, inclusive os problemas a serem enfrentados com uma possível manutenção futura.

5.8.6. Após o encerramento do treinamento de capacitação, os servidores e funcionários terceirizados devem estar aptos ao manuseio e manutenção de todas as funcionalidades dos sistemas contratados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Ministério da Saúde/MS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de 1 (uma) hora por dia, durante 22 (vinte e dois) dias por mês, durante os 3 (três) meses da execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Preenchimento do Diário de Obras;

6.16.2. Acompanhamento diário das obras com a verificação e aprovação da execução dos serviços. A CONTRATADA se obrigará a manter os setores de trabalho com livre acesso à FISCALIZAÇÃO, à qual serão fornecidos todos os esclarecimentos necessários. Só à FISCALIZAÇÃO é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que fica sujeita a CONTRATADA, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas.;

6.16.3. Elaboração das planilhas de medição dos serviços acompanhadas de memória dos quantitativos e relatório fotográfico;

6.16.4. Levantamento e valorização dos serviços extras que venham a ser necessários na execução das obras;

6.16.5. Participação nas reuniões no canteiro de obras;

6.16.6. Aprovação da equipe técnica da contratada, pedindo a substituição dos profissionais incapazes para a execução de serviços. A CONTRATADA é obrigada a retirar do serviço, imediatamente, após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tateiro ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, demonstre conduta nociva ou incapacidade técnica. A presença da FISCALIZAÇÃO no serviço não isentará nem diminuirá as responsabilidades da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços;

6.16.7. Aprovação dos materiais e equipamentos utilizados na obra conforme especificados. Quaisquer serviços ou materiais diferentes dos especificados e sem a aprovação da fiscalização, serão passíveis de demolição, remoção ou caberá à CONTRATADA a re-execução ou substituição, bem como outras correções que em decorrência se tornem necessárias, tudo sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. Acréscimos, reduções ou modificações que impliquem em alterações do valor contratual, deverão ser previamente autorizados pela fiscalização, observados os preços unitários da proposta original, ou acordados entre as partes, quando forem diferentes dos incluídos na licitação, mantendo-se sempre o mesmo desconto global ofertado.

6.16.8. A mudança de qualquer projeto, serviço ou material somente será admitida após autorização escrita da fiscalização, a qual será precedida de solicitação escrita da CONTRATADA, juntando-se a esta uma amostra para o devido exame, quando solicitado. Será admitida mudança apenas quando houver indicação de materiais ou serviços de qualidade igual ou superior aos especificados originalmente.

6.16.9. Os materiais especificados poderão ser substituídos, mediante consulta prévia à FISCALIZAÇÃO por outros equivalentes técnicos, desde que possuam as seguintes condições de equivalente técnica em relação ao substituído: qualidade reconhecida ou testada equivalência técnica (tipo, função, resistência, estética e apresentação) e mesma ordem de grandeza de preço. O estudo e a aprovação pela FISCALIZAÇÃO dos pedidos de substituição só poderão ser efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

a) Declaração que a substituição se fará sem ônus para o CONTRATANTE;

b) Apresentação de provas de condições de equivalente técnica compreendendo como peça fundamental um laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, indicado pela FISCALIZAÇÃO. Quando julgado desnecessário pela FISCALIZAÇÃO, o laudo poderá ser dispensado.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução dos serviços, em especial, quanto:

- ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido; aos depósitos do FGTS; e
- ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

6.21.2 solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

6.21.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

6.21.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

6.23. A CONTRATADA deverá agendar com a FISCALIZAÇÃO, previamente (no mínimo com 8 (oito) dias de antecedência), vistoria para fins de conferência dos serviços executados, sob pena de não aceitação dos serviços e consequentemente o não pagamento dos mesmos.

Gestor do Contrato

6.24. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.24.8 receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.24.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 6.24.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará uma Planilha de Medição de Serviços e memória de cálculo detalhada do levantamento dos quantitativos (em Excel, Programa de Computador para Orçamentos ou similar). Os serviços serão medidos conforme executados e serão pagos de acordo com o seu valor ofertado na Planilha de Preços da Contratada e de acordo com o Apêndice_Planilha Modelo de Medição. Deverá ser acompanhada do Relatório Fotográfico dos serviços executados e das folhas do Diário de Obras do Período da medição.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes itens constantes da Planilha de Medição de Serviços, conforme modelo do Apêndice deste TR:

- 1. Item
- 2. Descrição do serviço
- 3. Quantidade Orçada
- 4. Quantidade Executada
- 5. % Executada
- 6. Valor executado
- 7. Saldo Total
- 8. Medição e Data
- 9. Porcentagem executada
- 10. Valor Executado
- 11. Porcentagem Executada Acumulada
- 12. Valor executado acumulado
- 13. Saldo total

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento os períodos mensais constantes no Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

7.10. Ao final de cada período de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais

empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC como correção monetária.

7.32.1 O INCC ou Índice Nacional de Custo da Construção, é um indicador que mede a variação dos custos de materiais, serviços e mão de obra utilizados na construção civil. Ele é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.37. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês de JANEIRO do ano de 2026.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC - Índice Nacional da Construção Civil, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (**cinco décimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (**dez** por cento) a 15% (**quinze** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (**dez** por cento) a 15% (**quinze** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (**cinco** por cento) a 10% (**dez** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (**cinco** por cento) a 10% (**dez** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (**cinco** por cento) a 10% (**dez** por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. não se aplicará a penalidade prevista neste item quando a inexecução parcial do contrato decorrer de aumento significativos de tributos que impactem diretamente os custos da execução contratual.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A futura Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, pois se trata de serviços de reforma /adaptação de ambientes da edificação.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Como se trata de obra de engenharia, sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação (não podendo ultrapassar o valor máximo do preço de referência estimado pela Administração) e será conferido todos os preços unitários (não podem ser superiores aos orçados pela Administração).

9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o seu preço global, com a descrição dos serviços, os seus quantitativos e todos os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração em Excel, disponibilizada no Apêndice Modelo da Planilha da Proposta de Preços, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto desta licitação, sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.4.2. Será desclassificada a licitante que oferecer preço global superior ao valor máximo do preço de referência estimado pela Administração e serão conferidos todos os preços unitários da planilha da licitante, que não podem ser superiores aos orçados pela Administração, principalmente os custos unitários relevantes.

9.4.3. Será desclassificada a licitante que fornecer custo unitário superior aos custos orçados pela Administração (CONTRATANTE), conforme consta nas Planilhas dos Orçamentos Sintético e Analítico, parte integrante deste TR. O licitante deverá apresentar, por meio eletrônico, a planilha elaborada pela Administração em Excel, disponibilizada no APÊNDICE - MODELO PLANILHA DA PROPOSTA DE PREÇOS, para fins de verificação de exequibilidade e conferência dos seus custos unitários, principalmente os custos unitários relevantes.

9.4.4. Deverá a licitante apresentar na referida planilha de preços unitários (conforme modelo disponibilizado) o valor do seu BDI (geral e para equipamentos). Caso os percentuais dos BDIs da licitante forem maior do que os BDIs da Administração, deverá ser apresentada a Planilha de Composição do BDI da licitante para efeito de avaliação de exequibilidade.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Ato de autorização da empresa e seus profissionais na forma de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, para o exercício da atividade de construção civil, expedido pelo conselho correspondente nos termos do artigos 55º e 59º da Lei nº 5.194/66 ou artigos 5º e 10º da Lei 12.378/10.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG),

Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação**

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Apresentar a Certidão de Registro e Quitação (CRQ) ou seja, inscrição da empresa no conselho profissional competente: Conselho Regional de Engenharia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, ou Conselho Regional dos Técnicos (CRT), em plena validade;

9.34.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. A licitante deverá comprovar ter aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente.

9.35.1. A comprovação será por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT com registro de atestado técnico), regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente (CAT, CAT-A, CAT-O), comprovando execução de serviços para pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando for o caso. Não serão aceitas CAT, CAT-A ou CAT-O sem registro de atestado e nem atestados técnicos sem a devida CAT.

9.35.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.2.1. Ter a licitante executado serviços de construção/reforma em edificações, com no mínimo, 600,00 (seiscentos) metros quadrados de área construída/reformada/adaptada/restaurada.

9.35.2.2. Ter a licitante executado serviços de fornecimento e colocação de manta/piso vinílico, com no mínimo, 350,00 (trezentos e cinquenta) metros quadrados de piso colocado

9.35.2.3. Ter a licitante executado os serviços de instalações elétricas e instalações de rede estruturada de dados em edificações, com no mínimo, 600,00 (seiscentos) metros quadrados de área construída/reformada.

9.35.2.4. Ter a licitante executado serviços de instalação de Sistema de ar condicionado (Climatização de ambientes), com no mínimo, 30 (trinta) toneladas de refrigeração (TR) de carga instalada

9.35.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes CATs com registro de atestado de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.4. Os atestados técnicos exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ser emitidos pelo contratante da empresa participante do certame e, deverá constar a descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato e deverão ser registrados nos Conselhos Regionais. Que seja firmado por representante legal do contratante, indique sua data de emissão, mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT). Não serão aceitos CAT sem registro de Atestado e nem Atestado de Capacidade Técnica sem o devido registro no Conselho Regional.

9.35.5. A documentação técnica enviada pela licitante será analisada na Área Técnica do Ministério da Saúde (CGINFRA) conforme os itens constantes na tabela do APÊNDICE_ ANÁLISE TECNICA DAS PROPOSTAS. A licitante será considerada desclassificada caso não atenda aos requisitos técnicos solicitados no referido Apêndice.

9.35.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

9.35.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pela licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133 /2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s).

9.38.1. A comprovação será por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT com registro de atestado técnico), regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando execução de serviços em nome do profissional, por execução de obra ou serviço com características semelhantes. Não serão aceitas CAT sem registro de atestado e nem atestados técnicos sem a devida CAT.

9.38.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.2.1. Para o Arquiteto ou Engenheiro ou Profissional devidamente habilitado que tenha executado obra de construção/reforma em edificações, com no mínimo, 600,00 (seiscentos) metros quadrados de área construída/reformada/adaptada/restaurada.

9.38.2.2. Para o Arquiteto ou Engenheiro ou Profissional devidamente habilitado que tenha executado obra de construção/reforma em edificações, com no mínimo, 600,00 (seiscentos) metros quadrados de área com a utilização de projetos elaborados na plataforma BIM, ou seja no planejamento da obra /serviço, ou no acompanhamento, ou nas medições e/ou na elaboração do “as built” em BIM..

9.38.2.3. Para o Arquiteto ou Engenheiro Civil ou profissional devidamente habilitado que tenha executado serviços de fornecimento e colocação de manta/piso vinílico, com no mínimo, 350,00 (trezentos e cinquenta) metros quadrados de piso colocado.

9.38.2.4. Para o Engenheiro Eletricista ou profissional devidamente habilitado que tenha executado os serviços de instalações elétricas e instalações de rede estruturada de dados em edificações, com no mínimo, 600,00 (seiscentos) metros quadrados de área construída/reformada.

9.38.2.5. Para o Engenheiro Mecânico ou profissional devidamente habilitado que tenha executado serviços de instalação de Sistema de ar condicionado (Climatização de ambientes), com no mínimo, 30 (trinta) toneladas de refrigeração (TR) de carga instalada.

9.38.3. A documentação técnica enviada pela licitante será analisada na Área Técnica do Ministério da Saúde (CGINFRA) conforme os itens constantes do Apêndice Análise Técnica das Propostas, parte integrante deste TR.

9.38.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro técnico (permanente) da empresa licitante na data da licitação. Caso o nome do responsável técnico não conste na Certidão do Conselho Regional, deverá a licitante comprovar o vínculo do mesmo com a empresa, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio, o administrador ou o diretor que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com uma declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedora desta licitação.

9.38.5. Caso os responsáveis técnicos sejam apresentados por intermédio de declaração de contratação futura, deverão ser apresentadas as CATs com registro de Atestado Técnico em nome do profissional a ser contratado futuramente, que comprove que os mesmos são qualificados para a execução dos serviços conforme solicitado no sub-item anterior. Na referida Declaração de Contratação Futura deverão constar as assinaturas do Licitante e do Profissional.

9.38.6 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) estar registrado(s) no quadro técnico (permanente) da empresa licitante na data da assinatura do contrato.

9.38.7. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.39. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ **3.650.155,39 (três milhões, seiscientos e cinquenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos nas Planilhas Orçamentárias de Serviços (Orçamento Sintético e Orçamento Analítico), Apêndices deste TR.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 250110/00001;

II) Fonte de recursos: 1002000000;

III) Programa de trabalho: 10.122.0032.2000.0001, PTRES 173196;

IV) Elemento de despesa: 44.90.51

v) . Plano interno: O Ministério da Saúde não detalha o crédito a este nível.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Declara-se que este documento é PÚBLICO, uma vez que seu conteúdo não se caracteriza em ultrassecreto, secreto ou reservado, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527/2011

Brasília, 16 de abril de 2026

MARCELO FERREIRA BORGES DE MORAES

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

NÃO SE APLICA

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

NÃO SE APLICA

15. APÊNDICES

15.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

- Apêndice I Estudo Técnico Preliminar ETP 157/2025;
- Apêndice II Lev. Quantitativos Serviços Gerais;
- Apêndice III Lev. Quantitativos Arquitetura;
- Apêndice IV Lev. Quantitativos Hidráulica;
- Apêndice V Lev. Quantitativos Elétrica;
- Apêndice VI Lev. Quantitativos Climatização;
- Apêndice VII Planilha Consolidada Quantitativos
- Apêndice VIII Caderno Geral Encargos;
- Apêndice IX Memorial Descritivo Arquitetura;
- Apêndice X Memorial Descritivo Hidráulica;
- Apêndice XI Memorial Descritivo Elétrica;
- Apêndice XII Memorial Descritivo Climatização;
- Apêndice XIII Orçamento Sintético Desonerado Comparativo;
- Apêndice XIV Composição BDI Desonerado Comparativo;
- Apêndice XV Orçamento Resumido;
- Apêndice XVI Orçamento Sintético Não Desonerado;
- Apêndice XVII Orçamento Analítico Não Desonerado;
- Apêndice XVIII Curva ABC Insumos;
- Apêndice XIX Curva ABC Serviços;
- Apêndice XX Composição BDI Não Desonerado;
- Apêndice XXI Cronograma Físico - Financeiro;
- Apêndice XXII Encargos Sociais RJ;
- Apêndice XXIII Orçamento Sintético Modelo Planilha em Branco;
- Apêndice XXIV Mapa Cotação de Preços;
- Apêndice XXV Modelo Planilha Medição;

- Apêndice XXVI Relação Projetos Executivos;
- Apêndice XXVII Projeto Executivo Arquitetura;
- Apêndice XXVIII Projeto Executivo Hidráulica;
- Apêndice XXIX Projeto Executivo Elétrica;
- Apêndice XXX Projeto Executivo Climatização;
- Apêndice XXXI Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;
- Apêndice XXXII Modelo Análise Técnica das Propostas;
- Apêndice XXXIII Modelo Ordem Serviço;
- Apêndice XXXIV Mapa de Riscos_MR_165-2025;
- Apêndice XXXV Cenas Perspectivas 3D;
- Apêndice XXXVI Anotação de Responsabilidade Técnica

16. APROVAÇÃO

16.1. Aprovo o Termo de Referência 51/2026, considerando que a Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro /RJ., são obras/serviços necessários e imprescindíveis, que trarão segurança, conforto ambiental, acessibilidade, funcionabilidade, sustentabilidade e eficiência operacional, assegurando o cumprimento das exigências normativas e o atendimento pleno às demandas dos servidores e de seus dependentes. Especial atenção foi dada à criação de um ambiente humanizado e seguro, que favorecesse o desenvolvimento infantil e o bem-estar das crianças e profissionais.

16.2. A implantação da Creche reafirma o compromisso institucional do Ministério da Saúde com a valorização de seus servidores e com a promoção do desenvolvimento infantil em ambiente seguro, acessível e saudável. Além de proporcionar melhores condições de conforto e funcionalidade, a nova creche reforça as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, integrando-se às ações de saúde e bem-estar que caracterizam a atuação do Órgão.

MARCELO FERREIRA BORGES DE MORAES

Coordenação de Obras e Engenharia

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO FERREIRA BORGES DE MORAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 14:54:58.

THAIS MARIA DAN RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 14:23:55.

PAULO ANTONIO ZANETTINI ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 21:32:03.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Estudo Técnico Preliminar 157/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25000.033591/2026-70

2. Descrição da necessidade

Reforma do 2º Pavimento para a Implantação da Creche Albert Sabin da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro - SEMS-RJ

2.1. Objeto da Contratação

2.1.1. Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ.

2.2 Necessidade da Contratação

2.2.1. Trata-se de necessidade de melhorias físicas no 2º pavimento cedido para a implantação da Creche da SEMS/RJ, por meio da realização de reforma/adaptação/repáros nas dependências do Prédio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com o fim de garantir melhor segurança na utilização das instalações prediais, e de adaptá-las às normas de acessibilidade, bem como de manter a qualidade do imóvel e o bom funcionamento das instalações prediais civis, elétricas, eletrônicas, hidráulicas e sanitárias para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo-se, assim, o adequado padrão operacional. Visa, também maior segurança para os servidores e seus dependentes e o fortalecimento das ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, em ambiente adequado e humanizado.

2.2.2. A necessidade desta ação decorre da transferência da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS-RJ) para o edifício do Palácio da Fazenda. Devido ao tombamento histórico e ao perfil de ocupação dessa edificação, verificou-se a impossibilidade de instalar a Creche Albert Sabin no local, dadas as restrições para a construção de uma cozinha e as limitações de acesso para as crianças. Diante desse cenário, buscou-se um imóvel adequado, identificando-se o 2º pavimento do prédio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que se encontrava vago. Como o espaço possui natureza administrativa, fazem-se necessárias reformas e adequações específicas para adaptá-lo às exigências físicas e funcionais de uma unidade escolar.

2.2.3. Em síntese, pretende-se realizar a contratação dos serviços de Reforma do 2º pavimento e suas instalações, recuperando-se todas as partes internas do andar que estão degradadas, outras que estão destruídas ou que necessitam de retrofit ou modernização, de acordo com o Programa de Necessidades, inclusive a realização de serviços novos.

2.2.4. A necessidade consiste em contratar empresa especializada em serviços de engenharia para execução da Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ, com fornecimento de material, mão de obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços, localizado à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ..

2.2.5. Nesse sentido, os serviços são essenciais para o bom funcionamento administrativo das instalações físicas da Creche do SEMS/RJ, tornando-se imprescindível a contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços, que atenda, com fornecimento de peças, mão-de-obra, materiais, inclusive os de reposição, equipamentos e ferramentas, necessários à execução dos serviços, a fim de manter o imóvel em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetivando, ainda, conservar o bem público, evitando-se, desta forma, transtornos para a SEMS/RJ no desempenho cotidiano de suas atividades.

2.2.6. A reforma das instalações do 2º andar do Prédio da ANS visa promover a modernização e adequação da infraestrutura física, assegurando melhores condições de eficiência operacional, segurança, acessibilidade e conforto, tanto para os servidores quanto para os seus dependentes, que farão uso da creche. Diante dessa situação, foi selecionado o 2º pavimento do prédio da ANS como o local mais adequado para a implantação da creche, destinada ao atendimento dos filhos dos servidores da Superintendência do Ministério da Saúde.

2.2.7. Nesse contexto, houve uma preocupação significativa em identificar um prédio público nas proximidades da nova sede da SEMS-RJ, de modo a garantir continuidade operacional, segurança logística e facilidade de acesso para os servidores que utilizam o serviço de creche. A escolha do edifício da ANS justifica-se por sua localização estratégica, infraestrutura compatível e potencial de adaptação aos requisitos funcionais e normativos exigidos para o uso educacional e de apoio à infância.

2.2.8. Sob o ponto de vista técnico, a mudança busca atender a requisitos normativos e funcionais, contemplando melhorias em fluxos internos, setorização dos ambientes, recursos, integração dos sistemas prediais e conformidade com as normas aplicáveis, como as diretrizes da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade), NBR 5410 (Instalações Elétricas), NBR 9077 (Saídas de Emergência), entre outras. A concepção do layout também considera a implementação de uma melhor utilização dos ambientes e atendimento aos usuários da creche, otimizando a ocupação dos espaços e garantindo a flexibilidade necessária ao funcionamento das instalações.

2.2.9. Além disso, a intervenção prevê soluções que elevem a qualidade ambiental interna, a eficiência energética e a segurança patrimonial, garantindo a compatibilidade com o caráter arquitetônico do edifício que abrigará a nova creche. A transferência das instalações para o prédio da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar visa promover a modernização e adequação da infraestrutura física, assegurando melhores condições de eficiência operacional, segurança, acessibilidade e conforto, para os professores, funcionários, pais servidores e para o público infantil atendido.

2.2.10. Concluindo, a transferência das instalações para o prédio da ANS busca promover a modernização e readequação da infraestrutura física existente, garantindo eficiência operacional, otimização dos fluxos internos e adequação aos padrões de qualidade e desempenho exigidos para ambientes de educação infantil vinculados à administração pública federal.

2.3 Da Edificação

2.3.1. O edifício, situado no bairro da Glória, ocupa uma posição privilegiada no tecido urbano do Rio de Janeiro, e sua proximidade com a Praça Paris estabelece uma integração direta com um dos mais relevantes espaços paisagísticos e urbanísticos da cidade. A proximidade entre o prédio e a praça estabelece uma relação direta entre a arquitetura institucional contemporânea e o patrimônio paisagístico de inspiração clássica francesa, projetado por Alfred Agache na década de 1920. A Praça Paris, foi tombada pelo Decreto N° 13.898 em 1995, pelo prefeito Cesar Maia. Com seus eixos simétricos, espelhos d'água e jardins geométricos, representa um dos raros exemplos de urbanismo planejado de caráter monumental ainda preservados no centro da cidade.

2.3.2. A presença desse espaço público qualificado amplia as possibilidades de integração visual e ambiental do conjunto arquitetônico da ANS, oferecendo perspectivas abertas, ventilação natural e valorização paisagística ao entorno imediato. Considerando o histórico e as características da edificação destinada à transferência da Creche Albert Sabin do Ministério da Saúde (MS), a implantação no 2º pavimento do edifício representa uma solução que alia acessibilidade, segurança e funcionalidade, atendendo não apenas às diretrizes normativas aplicáveis aos espaços de uso infantil, mas também aproveitando sua posição privilegiada no tecido urbano do Rio de Janeiro, o que reforça a integração entre o ambiente educativo e o contexto urbano e paisagístico da região.

2.3.3. Essa proximidade favorece a integração entre o ambiente construído e o espaço urbano, permitindo que a creche se beneficie de um entorno qualificado, com potencial para o desenvolvimento de atividades pedagógicas ao ar livre e ações voltadas à educação ambiental e à convivência comunitária, reforçando a proposta de um espaço educativo humanizado e integrado à paisagem da Glória. A implantação da futura creche no segundo pavimento da ANS favorece significativamente essa relação de proximidade, possibilitando que o espaço educativo estabeleça conexões diretas com o entorno urbano.

2.3.4. A localização estratégica permite, inclusive, a realização de visitas orientadas à Praça Paris, ampliando o repertório sensorial e cultural das crianças e promovendo uma integração harmônica entre o patrimônio paisagístico e as novas funções públicas. Dessa forma, a proposta para o edifício da ANS transcende os limites de sua estrutura física, projetando-se sobre a paisagem urbana, reafirmando o compromisso institucional com a humanização dos espaços e a valorização do cenário urbano.

2.3.5. A edificação selecionada para a elaboração do projeto o prédio da ANS no Rio de Janeiro é a sede da agência reguladora, fica localizado na Avenida Augusto Severo, nº 84, no bairro da Glória. Abriga a estrutura administrativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, em sua estrutura mais recente, conta com o "Espaço 360º", uma área moderna de trabalho compartilhado (coworking) com espaços individuais e de reunião, incluindo salas equipadas para videoconferência e um lounge.

2.3.6. O edifício-sede da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) Rio de Janeiro, trata-se de uma edificação comercial de escritórios, sem atributos arquitetônicos de relevância histórica. A edificação funciona atualmente como um condomínio que abriga diversos órgãos públicos. Trata-se de um edifício de caráter comercial e corporativo, composto por múltiplas unidades autônomas. A ANS ocupa apenas parte do conjunto, distribuindo-se em vários pavimentos, entre eles o 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 14º andares e a cobertura.

2.3.7. Atualmente, o 3º pavimento é ocupado pela ANCINE – Agência Nacional do Cinema. O 6º pavimento utilizado pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. O 5º pavimento está destinado à instalação de outro órgão público, já os 3º, 4º e 13º andares encontram-se desocupados no momento. Embora a região da Glória/Cinelândia apresente um conjunto urbano marcado

pela diversidade de estilos — entre eles o Art Déco, o Neoclássico e o Moderno —, o prédio em questão caracteriza-se como uma construção funcional e contemporânea, integrada à malha urbana existente e sem elementos arquitetônicos distintivos que o destaquem no contexto paisagístico local.

2.4. Da ocupação

2.4.1. A área destinada à implantação da creche localiza-se no 2º pavimento do edifício. Nesse contexto, a proposta de implantação considera a importância de situar os espaços de uso infantil em pavimentos de fácil acesso, atendendo aos princípios de segurança, conforto e integração com áreas externas. Essa decisão segue as orientações do Manual de Construção e Adequação de Creches e Pré-Escolas do FNDE/MEC, que recomenda que os espaços destinados às crianças sejam preferencialmente situados em pavimentos térreos ou de fácil acesso, de modo a assegurar condições adequadas de segurança, conforto e integração com as áreas externas.

2.4.2. Assim, a implantação no 2º pavimento busca conciliar a acessibilidade e a segurança, facilitando o deslocamento diário e a evacuação em situações emergenciais, inclusive em casos de pane ou indisponibilidade dos elevadores, assegurando condições adequadas ao atendimento da primeira infância.

2.4.3. Portanto, a implantação da creche neste pavimento, não é apenas uma escolha arquitetônica, mas um atendimento técnico, pedagógico e normativo que assegura a proteção, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, além de garantir funcionalidade, economia e conformidade legal ao empreendimento público.

2.4.4. O novo layout proposto para a ocupação do Prédio e instalação da Creche Albert Sabin foi desenvolvido com base em princípios de funcionalidade, conforto ambiental, segurança, acessibilidade e flexibilidade de uso, visando atender integralmente às necessidades das crianças, dos pais servidores e da equipe técnica responsável pelo atendimento e as normas vigentes para elaboração de projetos destinados a creche

2.5. Programa de Necessidades

2.5.1. O Programa de Necessidades é o documento preliminar do projeto que caracteriza o empreendimento e contém o levantamento das informações necessárias, incluindo a relação dos setores que compõem, suas ligações, necessidades de área, características gerais e requisitos especiais.

2.5.2. Preliminarmente, foi elaborado ante projeto de arquitetura contendo o levantamento das necessidades da creche, incluindo a relação dos setores/ambientes/salas e demais dependências para o pleno funcionamento da creche. Foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela o funcionamento da creche atual definindo a necessidade das áreas em função da ocupação futura, tais como: fim a que se destina, modernização, novas tecnologias, inovações, upgrade, futuros usuários, dimensões, ampliações, padrão de acabamento pretendido, equipamentos e mobiliários a serem utilizados e novos que deverão ser adquiridos, entre outros aspectos.

2.5.3. Setorização Funcional: a organização espacial da creche foi estruturada de forma a garantir fluxos independentes e bem definidos, com separação clara entre as áreas administrativas, pedagógicas, de apoio e convivência. A setorização básica contempla:

- Setor de Acesso e Recepção: hall de entrada, controle de acesso, área de espera e sanitário de apoio;
- Setor Pedagógico: salas de atividades por faixa etária, berçário, solário e área para amamentação;
- Setor de Apoio Operacional: copa, lactário, área de higienização, vestiários e depósitos de material de limpeza;
- Setor Administrativo: sala da coordenação, secretaria e apoio técnico;
- Setor Externo e de Recreação: solário em pátio descoberto, com área e playground com pisos amortecedores e sombreados.

2.5.4. Acessibilidade e Circulações: as circulações horizontais e verticais foram planejadas conforme os parâmetros da ABNT NBR 9050, assegurando rotas acessíveis, ausência de barreiras arquitetônicas, pisos antiderrapantes e corrimãos duplos em escadas e rampas. As portas e passagens mínimas seguem as dimensões recomendadas para o deslocamento seguro de carrinhos de bebê e cadeiras de rodas.

2.5.5. Conforto Ambiental e Sustentabilidade: o projeto busca garantir iluminação e ventilação naturais adequadas, priorizando a orientação solar favorável e a utilização de materiais que favoreçam o conforto térmico e acústico. Sempre que possível, serão empregados materiais de baixo impacto ambiental, com destaque para revestimentos laváveis, pintura atóxica e sistemas de economia de água e energia.

2.5.6. Segurança e Proteção Infantil: todas as soluções projetuais consideram os aspectos de segurança ativa e passiva, incluindo:

- Delimitação física das áreas externas com gradis e portões controlados;
- Instalação de travas de segurança e quinas arredondadas em mobiliários;
- Uso de vidros laminados e dispositivos antiaprisionamento em portas e janelas;

2.5.7. Mobiliário e Equipamentos: a proposta de layout contempla mobiliário ergonômico e dimensionado para o público infantil, priorizando a segurança e o estímulo ao desenvolvimento cognitivo. Para os ambientes administrativos e de apoio, prevê-se mobiliário modular que possibilite facilidade de manutenção e reorganização funcional conforme a evolução das demandas.

2.5.8. Compatibilização e Infraestrutura: as futuras etapas do projeto deverão contemplar a compatibilização das disciplinas elétrica, hidráulica, climatização, prevenção de incêndio e lógica, assegurando integração entre os sistemas e o atendimento às exigências normativas do CBMERJ, CREA e órgãos municipais competentes.

2.6. Estudo de Viabilidade

2.6.1. O estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental é um instrumento fundamental para orientar a decisão final sobre o investimento, que consiste em analisar e avaliar as alternativas para a concepção do empreendimento, elegendo a que melhor atenda aos aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais. O objetivo é selecionar a melhor alternativa que atenda ao interesse público. Para tanto, haverá o estabelecimento de custo estimativo, prazo de execução e benefícios da implantação. Serão observados os aspectos: legal, econômico, social e ambiental

2.6.2. Os estudos de viabilidade objetivam eleger a solução que melhor responda ao programa de necessidades, sob os aspectos técnico, ambiental e socioeconômico. No aspecto técnico, serão avaliadas as alternativas para a implantação do projeto. A avaliação ambiental envolverá o exame preliminar do impacto ambiental do empreendimento, de forma a promover a perfeita adequação da obra com o meio ambiente. A análise socioeconômica, por sua vez, incluirá o exame das melhorias advindas da implantação da obra.

2.6.3. Será possível a definição precisa dos custos envolvidos na realização da obra, obtendo-se uma noção adequada dos valores envolvidos, que é fundamental para priorizar o planejamento da Superintendência do Ministério da Saúde. Deve-se verificar a relação custo/benefício da obra, levando em consideração a compatibilidade entre os recursos disponíveis e as necessidades do Ministério. O Programa de Necessidades e o Estudo de Viabilidade são peças fundamentais para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2.7. Implantação da Creche

2.7.1. A área destinada à implantação da creche localiza-se no 2º pavimento do Prédio da ANS. Nesse contexto, a proposta de implantação considera a importância de situar os espaços de uso infantil em pavimentos de fácil acesso, atendendo aos princípios de segurança, conforto e integração com áreas externas. Essa decisão segue as orientações do Manual de Construção e Adequação de Creches e Pré-Escolas do FNDE/MEC, que recomenda que os espaços destinados às crianças sejam preferencialmente situados em pavimentos térreos ou de fácil acesso, de modo a assegurar condições adequadas de segurança, conforto e integração com as áreas externas.

2.7.2. Assim, a implantação no 2º pavimento busca conciliar a acessibilidade e a segurança, facilitando o deslocamento diário e a evacuação em situações emergenciais, inclusive em casos de pane ou indisponibilidade dos elevadores, assegurando condições adequadas ao atendimento da primeira infância.

2.7.3. Portanto, a implantação da creche neste pavimento, não é apenas uma escolha arquitetônica, mas um atendimento técnico, pedagógico e normativo que assegura a proteção, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, além de garantir funcionalidade, economia e conformidade legal ao empreendimento público.

2.8. Projeto Básico

2.8.1. O art. 6º, inc. XXV, da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o Projeto Básico é o documento que envolve o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os elementos previstos no referido dispositivo legal.

2.8.2. Conforme Orientação Técnica IBR 001/2006, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, segundo o qual projeto básico é o "conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executado, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento".

2.8.3. O Projeto Básico de Arquitetura da Reforma da Creche Albert Sabin da SEMS-RJ foi elaborado na CGINFRA, na responsabilidade dos Arquitetos Maria Tereza Siciliano e Gabriel Ali de Oliveira. O material impresso do Projeto Básico da contratação é constituído pelos Desenhos dos projetos Executivos de Arquitetura e Instalações em PDF, Caderno de Especificações Técnicas e Planilhas do Orçamento (Orçamento Resumido, Orçamento Sintético, Orçamento Analítico - CPU, Composição do BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Curva ABC de Serviços, Curva ABC de Insumos, Planilha sem Preços em Excel), que farão parte da licitação.

2.8.4. Projeto Básico de Arquitetura: Foi inicialmente elaborado o projeto básico de arquitetura para subsidiar a elaboração dos projetos executivos da obra. Após a aprovação do Anteprojeto partiu-se para a elaboração do projeto básico de arquitetura das áreas destinadas a Creche, onde foram realizadas diversas reuniões, com a participação do corpo de funcionários da atual creche.

2.8.5. O projeto básico de arquitetura adotou uma abordagem metodológica combinada, unindo aspectos qualitativos e quantitativos. A vertente qualitativa permitiu avaliar a aderência técnica e funcional do projeto, assegurando que as soluções propostas atendam aos requisitos de uso, segurança e conforto. Já a vertente quantitativa possibilitou mensurar custos, prazos e produtividade, oferecendo bases objetivas para o planejamento e a execução. A integração desses dois métodos resultou em uma análise abrangente e confiável, capaz de garantir uma visão precisa sobre a viabilidade e a qualidade global do projeto básico.

2.8.6. A elaboração do projeto básico da contratação consistiu na definição técnica e conceitual de todas as soluções necessárias para a execução da obra para reforma e adequação das áreas. Teve como objetivo fornecer informações suficientes para subsidiar a avaliação da viabilidade técnica, econômica e legal do empreendimento, servindo como base para a elaboração do projeto executivo e de seus complementares, os quais foram desenvolvidos na plataforma BIM (Building Information Modeling). Essa etapa constituiu o momento mais detalhado do processo de concepção e planejamento da obra, reunindo todas as informações técnicas indispensáveis à sua execução, com precisão e integração entre o projeto executivo de arquitetura e seus complementares.

2.8.7. O projeto básico de arquitetura foi produzido em várias etapas:

2.8.7.1 Levantamento de dados e diagnóstico:

- Visitas técnicas ao local para medições, registros fotográficos e inspeção das condições existentes;
- Levantamento de sistemas existentes (estrutural, elétrico, hidrossanitário, climatização, etc);
- Identificação de restrições legais, normativas e ambientais normas técnicas como ABNT NBR, normas de acessibilidade, prevenção contra incêndio, e exigências de órgãos de patrimônio;
- Levantamento das necessidades do cliente/usuário e requisitos funcionais.

2.8.7.2. Estudos preliminares:

- Definição de conceitos arquitetônicos e funcionais;
- Elaboração de layouts e fluxogramas para organizar a ocupação e circulação dos espaços;
- Avaliação das condições de viabilidade técnica e econômica.

2.8.7.3. Desenvolvimento do projeto básico:

- Elaboração de plantas baixas, cortes, fachadas e esquemas que definam claramente as soluções adotadas;
- Memorial descritivo, especificando materiais, acabamentos e sistemas construtivos;
- Especificações técnicas dos serviços e equipamentos;

2.8.7.4. Compatibilização e ajustes

- Revisão e integração de disciplinas (arquitetura, estrutura, instalações prediais, climatização, etc);
- Adequação às exigências normativas e aos limites orçamentários;
- Validação com o cliente e, quando necessário, com órgãos reguladores ou de proteção do patrimônio.

2.8.8. A equipe técnica elaborou um projeto básico para garantir clareza nas especificações, na redução de riscos durante a obra, na precisão orçamentária e em conformidade legal, atendendo ao que determina, atualmente, a Lei nº 14.133/21 no contexto das licitações públicas.

2.8.9. O desenvolvimento do projeto básico da contratação (documentos técnicos) foi conduzido de forma integrada, seguindo as solicitações da Superintendência e considerando as demandas apresentadas pela equipe da creche, atualmente em funcionamento.

2.8.10. Cabe destacar que a creche atualmente em funcionamento ocupa uma área de aproximadamente 2.000 m², enquanto a nova proposta dispõe de apenas 1.000 m² de área útil, o que representou um significativo desafio para o desenvolvimento do projeto, exigindo a redistribuição criteriosa dos ambientes necessários e a adequação integral às normas legais e técnicas vigentes, dentro dos limites físicos disponíveis.

2.8.11. Não se pode desconsiderar que o processo de adequação consistiu em desenvolver uma nova proposta arquitetônica para uma área preexistente, levando em conta as restrições impostas pelas infraestruturas e estruturas originais do edifício, as quais limitam intervenções de grande porte e alterações significativas na configuração física do espaço.

2.8.12. Com a implantação do PGD, foi possível otimizar a redução do espaço necessário para a futura creche, considerando a diminuição da área originalmente ocupada pela creche atual em relação ao novo espaço destinado à sua instalação. Desde as fases iniciais, cada ambiente previsto no projeto foi discutido em conjunto com a equipe da creche, que participou ativamente do processo de definição, avaliação e validação do novo layout.

2.8.13. Cada ambiente foi analisado e projetado em conjunto com os usuários diretos, por meio de reuniões setoriais que possibilitaram levantar demandas específicas de uso, mobiliário, equipamentos e fluxo dos funcionários e crianças. A proposta de composição do piso em manta vinílica nas áreas de transitos infantis, vai além da simples aplicação de cores diferenciadas, ela traduz uma intenção espacial e pedagógica cuidadosamente elaborada. O desenho em curvas foi escolhido como elemento condutor da linguagem plástica do ambiente, por sua natureza simbólica e afetiva, remetendo à continuidade, ao acolhimento e à ausência de ângulos agressivos, valores que dialogam diretamente com o universo infantil.

2.8.14. O uso de formas curvas na manta, tem o propósito de organizar o espaço de maneira intuitiva e lúdica, promovendo a interação das crianças com o ambiente. Cada semi círculo, com variações sutis de diâmetro, cor e intensidade, atua como um marcador espacial simbólico, definindo percursos e áreas de permanência sem a necessidade de barreiras físicas. Essa solução, permite delimitar zonas funcionais como espaços de recreação, repouso, alimentação e circulação de forma orgânica e fluida, respeitando o comportamento natural das crianças, que exploram o ambiente por meio do movimento e da curiosidade.

2.8.15. Será realizada uma intervenção arquitetônica planejada na cobertura da área de garagem da edificação, espaço que se conecta diretamente ao segundo pavimento onde está prevista a implantação da creche. Nesse local, os técnicos responsáveis pelo projeto propuseram a criação de um solário, concebido como uma extensão ao ar livre para área de uso infantil. O solário favorecerá atividades recreativas e o contato das crianças com um ambiente externo.

2.8.16. Para viabilizar essa implantação, será necessário remanejar algumas máquinas de ar condicionado existentes, liberando a área necessária à nova construção. O acesso das crianças e educadores se dará por meio de uma rampa de suave inclinação, garantindo acessibilidade em conformidade com a ABNT NBR 9050. O solário receberá tratamento paisagístico leve, com vegetação de pequeno porte, cores e texturas que contribuam para um ambiente lúdico, acolhedor e seguro. O conjunto rampa, solário e paisagismo buscarão integrar o interior da creche com o exterior, promovendo bem estar, estímulo sensorial e um dos princípios fundamentais no projeto de arquitetura voltado à primeira infância.

2.8.17. O solário será projetado e detalhado na elaboração no projeto executivo, etapa na qual estão sendo definidos os detalhes construtivos, a especificação dos equipamentos a serem adotados, bem como os materiais e acabamentos que assegurarão a segurança, acessibilidade e funcionalidade do espaço. Essa metodologia participativa resultou em um layout funcional e personalizado, considerando as rotinas de trabalho e as interfaces entre os setores, alinhando as necessidades funcionais de cada setor às diretrizes técnicas, garantindo que o resultado final refletisse tanto os aspectos operacionais quanto as expectativas de quem ocupa diariamente os espaços.

2.8.18. A equipe técnica dedicou atenção especial ao estudo dos fluxos internos e à otimização do dimensionamento dos ambientes, de forma a garantir que as áreas fossem proporcionais ao quantitativo de crianças atendidas e que a organização espacial promovesse a integração e a comunicação eficiente entre todos os setores, favorecendo a colaboração e a funcionalidade geral do conjunto. O layout projetado, permitirá adaptações futuras, pois foi projetado com divisórias removíveis e mobiliário modular.

2.8.19. As informações foram organizadas e estruturadas determinando os aspectos relativos à função, espaços necessários com as respectivas áreas e demais elementos que deram forma ao projeto básico. Para tanto, foram gerados os seguintes Projetos Básicos de Arquitetura:

- PLANTA BAIXA DE LAY-OUT DA CRECHE ALBERT SABIN;
- PLANTA BAIXA DE CONSTRUIR DA CRECHE ALBERT SABIN;
- PLANTA BAIXA DE DEMOLIR DA CRECHE ALBERT SABIN;
- PLANTA BAIXA DE PISO A CONSTRUIR DA CRECHE ALBERT SABIN
- PLANTA BAIXA DE PISO A DEMOLIR DA CRECHE ALBERT SABIN;
- PLANTA BAIXA DE ARQUITETURA DA CRECHE ALBERT SABIN;
- PLANTA BAIXA DE TETO REFLETIDO DA CRECHE ALBERT SABIN;
- DETALHE DOS SANITÁRIOS E LACTÁRIO DA CRECHE ALBERT SABIN;
- DETALHE DOS SANITÁRIOS INFANTIS DA CRECHE ALBERT SABIN.

2.9. Projeto Executivo

2.9.1..A Lei 14.133/2021 apresenta no art. 6, inc. XXVI, os parâmetros objetivos a serem observados pelo Projeto Executivo: "(...) conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes"

2.9.2 Os projetos executivos de Arquitetura, das Instalações e Complementares da Creche Albert Sabin da SEMS-RJ são existentes e foram elaborados pela equipe técnica da CGINFRA, na responsabilidade da Arquiteta Priscila Miranda Alvin, do Eng Eletricista Afonso José Gomes de Souza e do Eng Mecânico Rafael Lobo Bites Leão. Para esta licitação foram elaborados os projetos executivos de Arquitetura, Instalações Hidrossanitárias, Instalações Elétricas, Instalações Especiais (rede estruturada) e Instalações de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica referentes à área a ser reformada da creche, os quais estão relacionados na planilha de Relação de Projetos Executivos.

2.9.3. O Projeto Executivo existente é constituído por elementos gráficos em .PDF da creche a ser reformada, e serão disponibilizados para os licitantes. O material gráfico disponibilizado às licitantes é constituído pelos projetos das disciplinas acima relacionadas, com detalhamentos, vistas, cortes, diagramas, memória de cálculo, que são elementos técnicos necessários e suficientes para a elaboração da proposta;

2.9.4. A Modelagem da Informação da Construção ou Building Information Modelling (BIM) tem se consolidado como um novo paradigma para o desenvolvimento de empreendimentos de arquitetura e de engenharia, considerando todo seu ciclo de vida, desde a concepção do projeto, o acompanhamento e controle de obras e a realização da gestão e manutenção de edificações e obras de infraestrutura.

2.9.5. A estratégia BIM-BR está definida no Decreto Nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024, como um conjunto integrado de processos e tecnologias, que permite criar, utilizar, atualizar e compartilhar, colaborativamente, modelos digitais de uma construção, de forma a servir potencialmente a todos os participantes do empreendimento durante o ciclo de vida da construção. Não se trata apenas de um software, mas de um conjunto de processos colaborativos que visam a captura, a criação e a gestão de informações de uma construção do longo de todo o seu ciclo de vida, resultando em produtos de maior qualidade e menor custo.

2.9.6. O BIM aumenta a confiabilidade nas estimativas de custos e no cumprimento dos prazos, reduz a incidência de erros e imprevistos, garante uma maior transparência no processo de compra e confere maior qualidade às obras. Além disso, pode ser aplicado em todo o ciclo de vida da construção. As informações agregadas ao modelo virtual proporcionam a Administração, eficiência na gestão e manutenção de ativos.

2.9.7. As informações descritas visam garantir a elaboração dos projetos executivos em conformidade com o programa de necessidades, com os requisitos de qualidade, segurança, normas de segurança e dentro das orientações dos Órgãos de Fiscalização do patrimônio tombado. Com todas as informações contidas no Projeto Básico de Arquitetura, iniciou-se a elaboração dos projetos executivos na plataforma BIM, nas disciplinas de Arquitetura, Instalações Elétricas, Instalações Hidráulicas, Instalações Especiais e Instalações de Climatização. Todos os projetos executivos elaborados estão relacionados no Apêndice_Reforma da Creche da SEMS-RJ_Relação dos Projetos Executivos.

2.9.8. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) destaca que o projeto executivo ora em análise foi desenvolvido pela equipe de projetos da CGINFRA com adoção de metodologias inovadoras e colaborativas, utilizando o Ambiente Comum de Dados (Common Data Environment – CDE), o que permitiu a integração eficiente de disciplinas e a gestão centralizada das informações ao longo do ciclo de vida do projeto. Essa atitude reforça a relevância técnica e inovadora da solução desenvolvida. Esse marco confirma a aderência do projeto às melhores práticas internacionais de BIM (Building Information Modeling) e sua capacidade de servir como referência para a modernização da gestão de obras públicas no Brasil.

2.9.9. O Decreto 11.888 torna o processo de contratação, do projeto à operação, mais eficiente, transparente e justo para todos. Ele exige um nível maior de organização, uso de tecnologias padronizadas e uma atribuição clara de responsabilidades, garantindo que os projetos e obras públicas sejam de alta qualidade, com inovações tecnológicas.

2.10. Compatibilização dos Projetos

2.10.1. A elaboração dos projetos executivos com a utilização do Revit e Navisworks permitiu diversas simulações possibilitando compatibilizar as várias disciplinas (arquitetura, instalações hidráulicas, elétricas e climatização) e prevenindo erros, corrigindo inconsistências ainda na fase de projeto/planejamento, evitando-se que essas inconsistências sejam levadas para a reforma,.

2.10.2. O projeto executivo, os memoriais descritivos e o orçamento foram desenvolvidos de maneira coordenada e colaborativa, com significativo aumento da capacidade de visualização, análise e compatibilização dos elementos das diferentes disciplinas. Os modelos BIM utilizados foram coordenados e utilizados para a compatibilização, checagem de interferências e análise qualitativa dos projetos

2.10.3. A compatibilização dos projetos executivos foi elaborada pelo Modelo federado .rvt com todas as disciplinas federalizadas, para fins de verificação da qualidade do projeto e compatibilização entre disciplinas. Os projetos executivos foram desenvolvidos dentro da metodologia de engenharia simultânea, diminuindo a ocorrência de interferências e conflitos na compatibilização final.

2.11. Serviços Contemplados para atender a necessidade da contratação

2.11.1. A presente reforma/adaptação compreende basicamente a execução dos seguintes serviços:

- Mobilização de pessoal, materiais e equipamentos para início dos serviços;
- Instalação de placa da obra e montagem do canteiro de obras;
- Demolições, retiradas e remoção de entulhos;
- Execução de paredes de alvenaria e dry-wall;
- Impermeabilizações e tratamentos;
- Fornecimento e montagem de divisórias, portas e esquadrias de madeira;
- Revestimentos de paredes;

- Revestimentos de forros;
- Revestimentos de pisos, rodapés, soleiras e peitoris;
- Serviços de Serralheria, carpintaria e marcenaria;
- Instalações elétricas (infra-estrutura, iluminação, tomadas, cabos, calhas, caixas, quadros e luminárias);
- Instalações hidrossanitárias (louças e metais, água fria e esgoto sanitário);
- Instalações especiais de Dados e Voz, Detecção e alarme de incêndio, Prevenção e Combate a Incêndio, e Ar Condicionado;
- Pinturas em geral;
- As built dos projetos;
- Limpeza geral e verificação final dos sistemas instalados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Obras e Engenharia - COENG	Marcelo Ferreira Borges de Moraes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. REQUISITOS LEGAIS

4.1.1. OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA:

4.1.1.1. No Art. 6º do Capítulo III – DAS DEFINIÇÕES da Lei nº 14.133 de 2021, dispõe que:

“XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:...”.

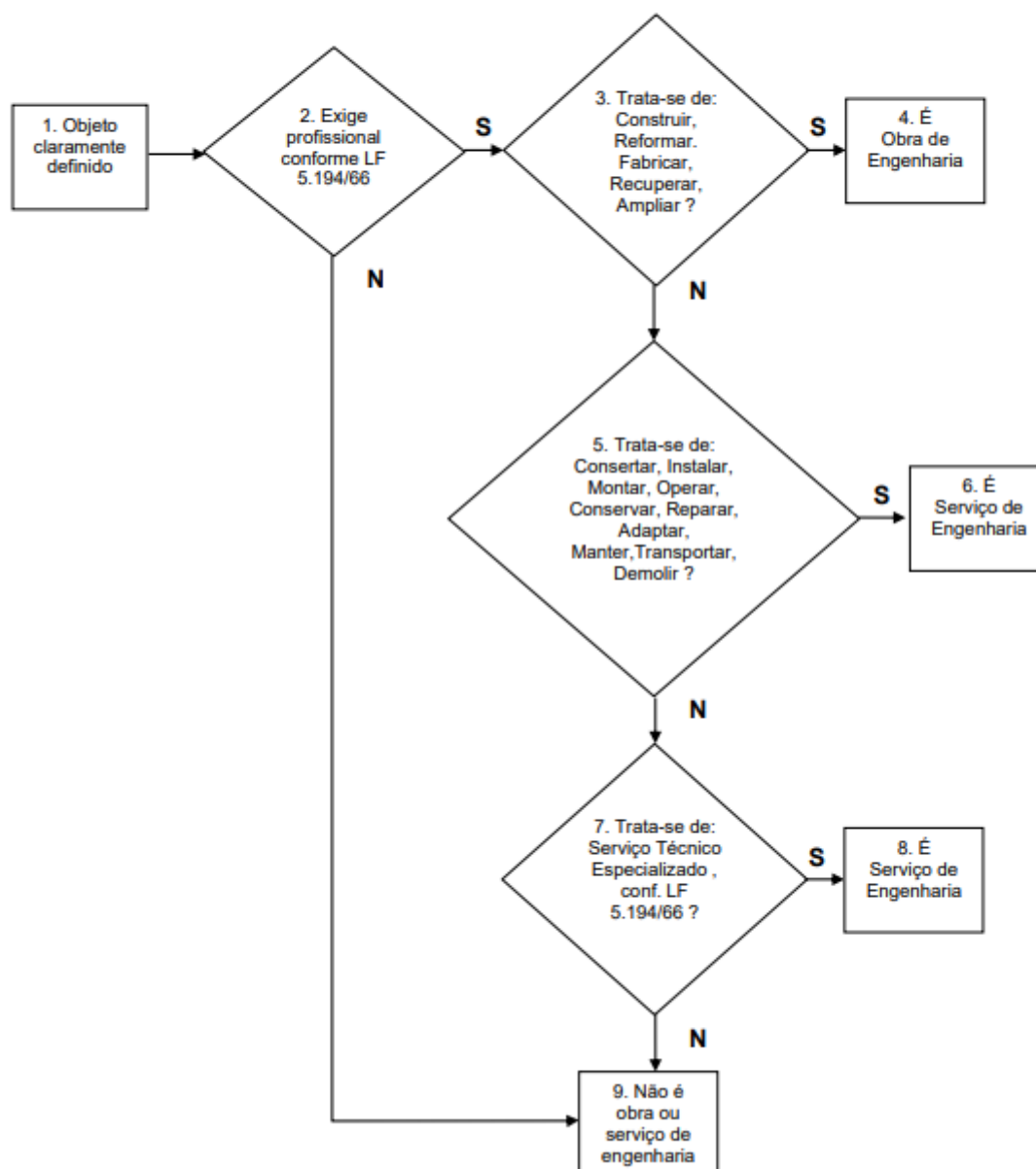
4.1.1.2. O IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas visando uniformizar o entendimento da legislação e práticas pertinentes à Auditoria de Obras Públicas, elaborou a Orientação Técnica OT – IBR 002/2009, na qual define:

“Obra de engenharia é a ação de construir, **reformular (grifo nosso)**, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66”

“Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.”.

4.1.1.3. Para o correto enquadramento é indispensável a perfeita caracterização do objeto a ser contratado, sucinta e clara, que neste caso específico, trata-se de uma Reforma. Para tanto o IBRAOP apresenta o seguinte fluxograma para a definição do enquadramento do objeto:

ANEXO I - FLUXOGRAMA PARA ENQUADRAMENTO



4.1.1.4. Verifica-se, neste caso, que trata-se de um ato de reformar, ou seja, a Reforma da Creche Albert Sabin da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro - SEMS-RJ, enquadra-se como uma típica Obra de Engenharia.

4.1.1.5. Conclui-se que a Reforma enquadra-se como Obra de Engenharia, pois verifica-se, que nos projetos executivos elaborados na plataforma BIM, haverá a necessidade de contratação de instalações especiais e de alta complexidade, tais como, Sistema de Ar Condicionado, Rede estruturada de Dados e Voz, Sistema de Segurança de Combate a Incêndio, Alarme de Emergência e Sistema de Controle de Acesso e CFTV, além disso, o as-built de todos os projetos deverá ser feito na Plataforma BIM. É necessária a contratação de uma empresa de Engenharia que tenha experiência e conhecimentos técnicos específicos desses tipos de instalações especiais e domínio na elaboração de projetos em BIM, e que envolva a participação de profissionais devidamente habilitados em seu Corpo Técnico.

4.1.2. MODALIDADES DE LICITAÇÃO

4.1.2.1. No Art. 28 da Lei nº14.133 de 2021, temos:

"Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo."

4.1.2.2. No inciso XXXVIII, do Art. 6º do Capítulo III – DAS DEFINIÇÕES da Lei nº 14.133 de 2021, dispõe que:

"XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço;

b) melhor técnica ou conteúdo artístico;

c) técnica e preço;

d) maior retorno econômico;

e) maior desconto".

4.1.2.3. Baseado neste inciso, a lei permite que a concorrência seja utilizada para obras e serviços comuns ou especiais de engenharia. Neste caso, têm-se a contratação de uma obra/reforma de engenharia cumulada com serviço comum de engenharia. Neste contexto, conclui-se que a contratação da Reforma deverá ser efetuada através da modalidade concorrência no critério de julgamento o menor preço.

4.1.3. LEGISLAÇÃO

4.1.3.1. Mediante o exposto, tendo em vista que os serviços são considerados como obra de engenharia, a licitação será realizada na modalidade denominada Concorrência, nos termos da legislação abaixo e demais condições ao qual o objeto se enquadra:

a) Lei nº 14.133 de 1º de abril 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

b) Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

c) Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

d) Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

e) Portaria 179/2019: Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências;

f) Decreto Nº 9.507/2018: Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

g) IN SEGES nº 1/2019: Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

h) IN 40/2020: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

i) Decreto 7.983/2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

j) Decreto nº 10.306/2020: Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019;

k) Decreto nº 11.888/2024: Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling - BIM BR.

4.2. NORMAS TÉCNICAS

4.2.1. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

4.2.1.1. Deverão ser consideradas, juntamente com o que estipula este documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, compreendendo:

- Normas de execução de serviços e/ou obras;
- Especificações;
- Métodos de Ensaio;
- Terminologias;
- Padronização e
- Simbologias.

4.2.1.2. Não serão aceitas quaisquer alegações, da parte da CONTRATADA, de desconhecimento das mesmas.

4.2.2. Normas ISO

- ISO 19650-1:2018 - Organização e digitalização de informações sobre edifícios e obras de engenharia civil, incluindo a modelagem da informação da construção (BIM) — Gestão da informação utilizando a modelagem da informação da construção.

4.2.3. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais normas:

- NR-1 – Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais;
- NR-6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- NR 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 11 do MTE - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
- NR-12 do MTE - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-17 – Ergonomia;
- NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- NR-21 do MTE - Trabalhos a céu aberto;
- NR-23 – Proteção contra incêndios;
- NR-33 do MTE - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
- Manual de Obras Públicas – Edificações, Práticas da SEAP – Compraset
- Normas da concessionária pública de energia;
- Código de Edificações do Distrito Federal (Decreto Nº 39.272 de 02/08/2018, que Regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal - COE/DF, e dá outras providências).
- Normas técnicas do CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- Manual de Obras Públicas – Edificações – Livros: Projetos, Construção e Manutenção - Práticas da SEAP;
- Guia de Contratação em BIM Volumes 1 (Conceitos Básicos e Requisitos), Volume 2 (Diretrizes para Contratos BIM), Volume 3 (Diretrizes para Licitações BIM) emitidos pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), BIM Forum Brasil e CAU/SC

4.3. REGIME DE EXECUÇÃO

4.3.1. A Administração Pública, no intuito de alcançar o objeto pretendido, pode fazer por meio de execução direta, ou seja, quando a própria administração, com os seus próprios meios, executa o serviço pretendido, ou por meio da execução indireta, em que utiliza da contratação de terceiro para executar o serviço pretendido. No caso, como a SEMS/RJ não detém a totalidade dos meios necessários para a execução da obra/reforma pretendida, não lhe resta opção a não ser a contratação para a execução

indireta do objeto pretendido. Uma vez escolhido o regime de execução indireta, impõe-se a opção pelas seguintes formas: Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Tarefa; Empreitada Integral; contratação por tarefa; contratação integrada; contratação semi-integrada; fornecimento e prestação de serviço associado.

4.3.2. Nos incisos XXVIII a XXXIV, do Art. 6º do Capítulo III – DAS DEFINIÇÕES da Lei nº 14.133 de 2021, estão relacionados os regimes de execução, que são:

“XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

XXXI - contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

XXXIV - fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado”.

4.3.3. Nas obras e serviços de engenharia, os regimes mais utilizados são as empreitadas por preço global ou por preço unitário. A empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro (não poderá cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite). Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados (até certo limite).

4.3.4. É por isso que a adoção de tal regime pressupõe um projeto básico de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

4.3.5. Já a empreitada por preço unitário é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou que não são totalmente conhecidos na fase de planejamento.

4.3.6. Considerando que a escolha entre os regimes de empreitada terá impacto significativo no curso do contrato, no que diz respeito aos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, às medições e ao regime de pagamento, às modificações contratuais qualitativas/quantitativas, incluindo a margem de tolerância para as alegadas falhas estruturais e de dimensionamento do projeto básico, dentre outros aspectos, é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade.

4.3.7. O item 9.1.3. do Acórdão 1977/2013 do TCU, dispõe que: “a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir

previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de **reformas de edificação (grifo nosso)**, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;”

4.3.8. No presente caso, por se tratar de uma reforma/adaptação de ambiente, **o regime de execução adotado será a empreitada por preço unitário**, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, respeitando-se a sequência e o cumprimento das etapas da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro, ou seja, os serviços serão executados conforme estes instrumentos e deverão ser realizadas medições para pagamento dos seus valores unitários.

4.3.9. Assim, levando-se em consideração que o objeto pretendido consiste em serviços de reforma, de caráter não continuado que serão executados durante um período definido, podendo, inclusive, haver prorrogação, entende-se que **a melhor opção dentre as acima especificadas é a empreitada por preço unitário**. Na empreitada por preço unitário deve ser realizada apuração de cada um dos itens que integram a planilha orçamentária, e que serão licitados e contratados, apontando-se os respectivos quantitativos, seus preços unitários e o valor total de cada item, apurando-se, por fim, o valor total da contratação, e meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado.

4.3.10. Apesar dos quantitativos e serviços terem advindo dos projetos executivos então elaborados pela equipe técnica do Ministério da Saúde, o regime de empreitada por preço unitário deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, o qual é definido como reforma de edificações. A execução de serviços em edificação existente está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento, ou até mudanças posteriores ao desenvolvimento do projeto, como exemplo, mudanças arquitetônicas de lay-out's.

4.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.4.1 No Art. 33 da Seção III do Capítulo II – DA FASE PREPARATÓRIA da Lei nº 14.133 de 2021, estão relacionados os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.”.

4.4.2. Será necessário averiguar, antes de consagrar o menor preço, o menor dispêndio segundo “parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital”. A licitação deverá ser estruturada e conduzida para a contratação de objetos de qualidade pelo menor preço, abolindo-se a cultura do menor preço por si só. Deverá ser considerado o menor dispêndio futuro para a Administração, ou seja, despesas com manutenção, correção, troca, adaptação, etc.

4.4.3. Deverá ser dada prioridade para a qualidade, durabilidade, performance e custo-benefício do produto/serviço/obra a ser licitado. Averiguado este caso concreto, definiu-se como forma de julgamento o **menor preço global**, pois trata-se de serviços e insumos que não acarretam manutenções dispendiosas e frequentes.

4.4.4. Considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, **o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço global**. Tal escolha aumentará a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor preço, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

4.5 SERVIÇO CONTINUADO OU NÃO COM MÃO DE OBRA OU NÃO

4.5.1. Os serviços a serem executados pela presente demanda **são considerados não contínuos** e contratados por escopo, **sem dedicação de mão de obra exclusiva**, onde estes impõem a contratada o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelos prazos necessários à conclusão do objeto, conforme inciso XVII do Art. 6º observado o Art. 111 e as hipóteses previstas no §1º e §2º do Art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021. A natureza dos serviços é de prestação não continuada, uma vez que têm por objetivo a obtenção de produtos e resultados específicos em um período pré-determinado.

4.6. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

4.5.1. A vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, a contar da data da sua assinatura, constituído dos seguintes períodos:

a) Será emitida a Ordem de Serviço, com duração de 15 (quinze) dias corridos, para mobilização e início dos serviços. Neste prazo a Contratada deverá providenciar os seguintes documentos para a autorização do início da execução:

- Carta do Preposto da empresa;
- Documentação e nome do Engenheiro responsável pela obra;
- Relação e documentação dos funcionários que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação da obra;
- Exames médicos admissionais dos empregados;
- Anotação de Responsabilidade Técnica e registro do contrato junto ao Conselho Profissional;
- Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço a ser ajustado pela Contratada com o valor do seu preço final ofertado, para fins de aprovação pela Fiscalização;
- Apresentar a Planilha com o orçamento sintético em Excel ajustada a seu preço final ofertado, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, para fins de elaboração da Planilha de Medição de Serviços;
- Apresentar a Planilha com o orçamento analítico (CPUs) ajustada a seu preço final ofertado, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta;
- Certificado de matrícula junto ao Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal, referente a respectiva obra;
- mobilização preliminar para contratação da equipe de produção, barracão, reuniões preliminares, etc.
- Abertura do Diário de obras

b) 180 (cento e oitenta) dias corridos para execução dos serviços, conforme Cronograma Físico-Financeiro ajustado;

c) 45 (quarenta e cinco) dias corridos a entrega provisória dos serviços;

d) 30 (trinta) dias corridos para a entrega definitiva da obra/reforma;

e) 90 (noventa) dias corridos para eventuais atrasos justificados dos serviços, ou fatos impeditivos ou ocorrências de imprevistos na execução contratual. Resta, também, para folga de vigência do contrato para outras necessidades que venha a ocorrer.

4.7. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TÉCNICAS EMPREGADAS

4.7.1. Deverá ser realizada a capacitação dos técnicos da contratante ou da empresa de manutenção que efetuará a manutenção dos serviços executados quando se fizer necessário.

4.7.2. Essa explicação dos serviços deverá contemplar a especificação de todos os materiais e como eles devem ser utilizados e a mão-de-obra específica para a devida manutenção.

4.7.3. Essas transferências de como fazer os serviços de manutenção deverão conter os elementos suficientes a contemplar a necessidade de transferir para equipe do Ministério da Saúde todo o conhecimento e condições para dar continuidade aos serviços em caso de necessidade de manutenção futuras.

4.7.4. A CONTRATADA deverá oferecer a capacitação para os servidores e funcionários de empresas terceirizadas que forem indicados pela CONTRATANTE, de forma a garantir adequada e plena utilização dos sistemas corta-fogo.

4.7.5. O treinamento deverá ser realizado imediatamente após o período da entrega provisória dos serviços, em carga horária e com métodos suficientes à capacitação para o uso adequado e eficaz das ferramentas necessárias para a manutenção dos sistemas, de forma que os servidores e funcionários indicados pelo Ministério da Saúde possam vivenciar, na prática, a realização das tarefas, inclusive os problemas a serem enfrentados com uma possível manutenção futura.

4.7.6. Após o encerramento do treinamento de capacitação, os servidores e funcionários terceirizados devem estar aptos ao manuseio e manutenção de todas as funcionalidades dos sistemas contratados.

4.8. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADES

4.8.1. A Contratada deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, dentre os quais:

- usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

- observar as orientações da Contratante para a correta separação dos resíduos recicláveis.

4.8.2. A Contratada deverá atender aos demais requisitos constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, de set/2023, sem prejuízo da aplicação de demais Normas incidentes sobre o tema e cumprir com as obrigações, legislações, ações e medidas que estão previstas nas Normas do item 4.1.3. LEGISLAÇÃO deste ETP.

4.8.3. A CONTRATADA deverá proceder completa obediência ao Caderno Geral de Encargos, especialmente no que diz respeito ao item Sustentabilidade Ambiental, principalmente com referência a aquisição de produtos florestais, gestão de resíduos e diretrizes de caráter ambiental.

4.8.4. Os requisitos de Sustentabilidade para a elaboração dos projetos executivos e dos Memoriais Descritivos foram definidos com base no Planejamento de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Saúde, constante no item 11 deste ETP - Alinhamento entre Contratação e o Planejamento, onde oferece maiores informações sobre as diretrizes que contribuam para desenvolvimento sustentável do empreendimento.

4.9. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

4.9.1. Informa-se que até a data da assinatura deste Estudo Técnico Preliminar, os itens padronizados disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP são água mineral sem gás, café e açúcar. O Catálogo Eletrônico de Padronização pode ser acessado em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.



4.10. INDICAÇÃO DE MARCA OU MODELO

4.10.1. As indicações de marcas ou modelos constantes no Caderno Geral de Encargos e nos Memoriais Descritivos tratam-se de descrição do objeto para melhor compreensão de modelos aptos a servir apenas de referência tecnicamente equivalente, conforme alínea "d", inciso I, do art. 41, da Lei 14.133/2021.

" Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) ...

b) ...

c) ..

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

4.10.2. No Caderno Geral de Encargos e nos Memoriais Descritivos, a identificação de materiais ou equipamentos por determinada marca implica, apenas, a caracterização de uma analogia, ficando a distinção entre equivalência e semelhança subordinada ao critério de analogia a seguir explicitado:

4.10.2.1. Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam analogia total ou equivalência se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características exigidas na Especificação ou no Serviço que a eles se refiram.

4.10.2.2. Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam analogia parcial ou semelhança se desempenham idêntica função construtiva mas não apresentam as mesmas características exigidas na Especificação ou no Serviço que a eles se refiram.

4.10.2.3. Na eventualidade de uma equivalência, a substituição se processará sem haver compensação financeira para as partes, ou seja, a CONTRATANTE ou a CONTRATADA.

4.10.2.4. Na eventualidade de uma semelhança, a substituição se processará com a correspondente compensação financeira para uma das partes, a CONTRATANTE ou a CONTRATADA, conforme contrato.

4.11. ATIVIDADES ACESSÓRIAS, INSTRUMENTAIS OU COMPLEMENTARES

4.11.1. Os serviços da Reforma da Creche da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS-RJ) podem ser enquadrados como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências do Órgão.

4.11.2. Justificativa:

4.11.2.1. Atividades Instrumentais e Complementares: A execução de obras e serviços de engenharia para manutenção e adequação das instalações físicas da creche da SEMS-RJ não constitui a atividade-fim do Ministério da Saúde, mas sim um suporte essencial para o adequado funcionamento das suas atividades institucionais.

4.11.2.2. Infraestrutura para o Desempenho da Função Pública: A realização de reformas e adaptações visa garantir condições adequadas de trabalho, acessibilidade, segurança e eficiência operacional, permitindo que os funcionários da creche e servidores desempenhem suas funções de maneira adequada.

4.11.2.3. Amparo Legal: De acordo com a interpretação de normas administrativas, serviços dessa natureza são considerados necessários ao regular funcionamento da Administração Pública, não se confundindo com a atividade principal do órgão, mas sendo fundamentais para viabilizar sua execução.

4.11.3. Dessa forma, a contratação dos serviços mencionados se enquadra como atividade acessória e instrumental ao cumprimento da missão institucional da SEMS-RJ, sendo, portanto, justificável dentro das diretrizes administrativas e normativas aplicáveis.

4.12. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE

4.12.1. No Caderno de Encargos e nos Memoriais Descritivos estão estabelecidos as normas gerais (convenções, abreviaturas, normalizações e unidades de medidas), as características básicas de materiais com seus padrões mínimos de qualidade, a descrição dos equipamentos e os procedimentos executivos de cada tipo de serviço. Estes Cadernos são formados por um conjunto de documentos especificamente elaborados para a obra/serviço, contendo especificações de serviços/materiais, memoriais descritivos e condições de fornecimento e aplicação de materiais e equipamentos especificados.

4.12.2. A execução dos serviços deverá seguir estritamente aos Cadernos de Encargos e aos Memoriais Descritivos, sempre atendendo aos quesitos de segurança, estética e acabamentos de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, conforme Art. 20 da Lei 14133, de 2021. Todos os materiais a serem utilizados na obra serão de qualidade comum e de padrão médio a superior e deverão estar de acordo com os Memoriais Descritivos. Deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE antes da sua instalação. Os serviços serão executados por profissionais competentes e credenciados, cada um nas suas habilidades específicas, sempre obedecendo às normas da ABNT, dos fabricantes dos materiais e outras mais que regem a matéria.

4.13. VEDAÇÕES DE MARCA E/OU PRODUTO

4.13.1. A vedação de marca ou produto em processos licitatórios no serviço público é permitida em situações específicas, como quando a administração comprovadamente demonstra que produtos de marcas ou modelos anteriores não atendem às necessidades da administração. Essa vedação visa garantir que a contratação seja feita com base em critérios técnicos e não em preferências pessoais, respeitando o princípio da impessoalidade.

4.13.2. Para evitar a utilização de materiais ou equipamentos imprestáveis, a CONTRATADA deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO, em tempo hábil, amostras ou catálogos dos materiais especificados para a obra, sob pena de impugnação dos trabalhos porventura executados.

4.13.3. Nenhum material poderá ser usado pela CONTRATADA sem a prévia aceitação da FISCALIZAÇÃO, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT. A recusa da amostra implicará na recusa do lote de material que ela representa. O material que for recusado pela FISCALIZAÇÃO deverá ser substituído por outro, sem ônus para a CONTRATANTE. Antes da execução de qualquer pintura, será submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO amostra com 0,50x1,00m, sob iluminação e em superfície idêntica a do local a que se destina.

4.13.4. Foi consultada a Plataforma Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e não foi encontrada informações referentes aos materiais e equipamentos que serão aplicados na Reforma das Dependências da SEMS-RJ.

4.14. GARANTIAS/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.14.1. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE ao final dos serviços, uma listagem contendo fornecedores e produtos utilizados na obra/serviço, bem como certificados de garantia dos produtos e garantia geral da obra em questão. Fornecer todos os manuais e termos de garantia, com plano de Manutenção Periódica Preventiva e Corretiva dos equipamentos instalados na execução da obra, bem como dos elementos da edificação: estrutura, pisos, paredes, forros, lajes, coberturas, esquadrias, etc.

4.14.2. A CONTRATADA deve garantir que todos os equipamentos e materiais fornecidos sejam novos e sem uso, e que todos os equipamentos e componentes utilizados, bem como os materiais fornecidos, sejam desenvolvidos e fabricados de acordo com normas aceitas internacionalmente. Deverá apresentar Garantia mínima de 3 anos com suporte e manuais de instalação e operação em português.

4.14.3. Todos os materiais, equipamentos, Softwares e serviços terão uma garantia mínima de 36 (trinta e seis meses), contados a partir da data da emissão do Recebimento Definitivo da Obra, ou finalização do comissionamento do sistema. Sendo que neste período, qualquer nova versão dos softwares implementados será gratuitamente repassada para contratante.

4.14.4. A garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de projeto, fabricação, montagem, Softwares, desempenho ou falha em operação normal, inclusive por erro ou omissão por parte do Fornecedor, devendo o equipamento ser substituído sem ônus adicional para a contratante. Durante o período de garantia, ocorrendo algum defeito ou falha no equipamento, e após os devidos reparos pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá solicitar novos testes nas unidades, sem quaisquer ônus adicionais.

4.14.5. A garantia será sempre independente de todo e qualquer resultado decorrente dos ensaios realizados, isto é, quaisquer que tenham sido esses resultados, o Fornecedor responderá por todas as garantias. A fim de comprovar as condições de garantia ao objeto ofertado, a CONTRATADA deverá apresentar carta dos fabricantes das soluções ofertadas, declarando estar apta a instalar, configurar, prestar garantia e assistência técnica nos produtos ofertados.

4.14.6. A aceitação pela contratante de qualquer equipamento ou parte dele, material ou serviço, não exime o Fornecedor de sua plena responsabilidade de todas as garantias estabelecidas. Se durante o período de garantia dos equipamentos, determinadas peças apresentarem desgastes excessivos ou defeitos frequentes, a CONTRATANTE poderá exigir a reposição dessas peças em todas as UNIDADES do fornecimento, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.14.7. A garantia deverá ser renovada e entrar em vigor a partir da data de reentrada em operação, para as peças, acessórios ou para o equipamento completo no caso de haver reparo ou substituição destes. Para o restante do equipamento continua o prazo original estipulado.

4.14.8. Durante a vigência da garantia, todos os custos referentes a reparos ou substituições de quaisquer acessórios, peças ou mesmo equipamento em sua totalidade, inclusive aqueles relativos a qualquer tipo de transporte ou parte dele, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.15. FRETES/ENTREGA DE MERCADORIAS

4.15.1. Nesta contratação estão inclusos o fornecimento de todos os materiais necessários para a execução da reforma, inclusive com o valor dos seus fretes para a entrega no local da obra, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ.

4.16. SUBCONTRATAÇÃO

4.16.1. Será admitida a Subcontratação parcial do objeto, referente ao fornecimento e instalação de divisórias, Instalações de Dados e Voz, Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, Instalações de Ar Condicionado e Alarme de incêndio.

4.16.2. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato

4.16.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste na Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro /RJ.

4.16.4. Devem ser definidos com clareza os critérios e limites aplicáveis à subcontratação, observando-se as exigências legais, os aspectos técnicos e os riscos envolvidos, de modo a garantir a conformidade com os objetos da contratação e a eficiência na execução contratual.

4.16.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.16.6. Conforme o **Art. 122., § 1º** O contratado subcontratante responsabiliza-se técnica e civilmente pela execução do objeto, **respondendo perante a Administração Pública pela exata observância das normas, dos regulamentos e das cláusulas contratuais**, inclusive em relação à parte subcontratada.

4.17. DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ÁREAS DO EDIFÍCIO

4.17.1. Os Elevadores de serviços do Edifício serão disponibilizados para a retirada de entulhos, bem como o suprimento de materiais, que deverá ser realizada fora do horário de atendimento ao público, em horário acordado com a administração do edifício. Deverão ser providenciadas as proteções necessárias na cabine dos elevadores.

4.17.2. O Canteiro de Obras será instalado em área a ser disponibilizada pelo Condomínio do Prédio. A instalação de caçambas de lixo da Contratada será disponibilizada em áreas adjacentes a obra, após autorização pela administração do edifício.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Soluções Disponíveis no Mercado

5.1.1. O mercado local e nacional apresentam diversas empresas especializadas em execução de obras e serviços especiais de engenharia conceituadas na área de Reforma/Adequações/Reparos, que atendem aos requisitos desta demanda. Durante a realização deste estudo, visando a contratação da Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ. observou-se a existência de vários outros editais da Administração Federal (http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_texto.asp), abordando serviços semelhantes aos aqui definidos, não pairando dúvida, portanto, quanto à adequação das especificações aos serviços amplamente oferecidos no mercado. Verificou-se, também, Atas de Registro de Preços que pudessem atender aos requisitos da contratação.

5.2 Soluções de Mercado que Atendam aos Requisitos

5.2.1. Contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia para execução indireta.

5.2.2. A empreitada indireta pode ser contratada das seguintes formas:

Opção 1 - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

Opção 2 - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

Opção 3 - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

Opção 4 - contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

Opção 5 - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

Opção 6 - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

Opção 7 - fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado".

5.3 Solução de Mercado que Melhor Atende o Ministério

5.3.1 Dessa forma, a solução escolhida é pela contratação de Execução indireta, opção 1, constante no item 5.2.2. deste ETP, ou seja, empresa especializada no ramo de construção civil presente no mercado, que ficará responsável pela totalidade dos serviços, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, haja vista, que o Ministério da Saúde não dispõe de mão de obra no seu quadro de servidores, bem como, a expertise para execução desse tipo de serviço de reforma com fornecimento de materiais e de equipamentos.

5.4 Audiência e/ou consulta pública

5.4.1 Desnecessária audiência ou consulta pública para esse tipo de serviço considerado serviço de reforma.

5.5. Compra ou locação de bens

5.5.1 Neste caso há que se adquirir o bem e executar o serviço, considerando que uma vez empregado não poderá ser mais utilizado afastando a possibilidade de aluguel.

5.6. Chamamentos públicos de doação e permutas

5.6.1 Não se aplica neste caso, pois trata-se de compra de materiais e sua efetiva aplicação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Detalhamento dos Produtos e Serviços a Serem Contratados

6.1.1. O detalhamento dos materiais necessários e dos serviços a serem prestados para a execução da Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro /RJ. estão especificados nos apêndices abaixo relacionados, partes integrantes da documentação da licitação:

Apêndice – Caderno Geral Encargos;

Apêndice – Memorial Descritivo Arquitetura;

Apêndice – Memorial Descritivo Hidráulica;

Apêndice – Memorial Descritivo Elétrica;

Apêndice – Memorial Descritivo Climatização;

6.1.2. Entende-se, assim, que os requisitos exigidos no Caderno de Encargos e nos Memoriais Descritivos acima relacionados, no seu conjunto, buscam garantir a contratação de serviços de boa qualidade, com custo benefício adequado para a instituição, sem afastar-se dos princípios da razoabilidade, da economicidade e da possibilidade de ampla concorrência.

6.2. Serviços a serem fornecidos/contratados:

- Mobilização de pessoal, materiais e equipamentos para início dos serviços;
- Instalação de placa da obra e montagem dos containers metálicos para o canteiro de obras;
- Demolições, retiradas e remoção de entulhos;
- Execução de paredes de alvenaria e dry-wall;
- Impermeabilizações e tratamentos;
- Fornecimento e montagem de divisórias, portas e esquadrias de madeira;
- Revestimentos de paredes;
- Revestimentos de forros;
- Revestimentos de pisos, rodapés, soleiras e peitoris;
- Serviços de Serralheria, carpintaria e marcenaria;
- Instalações elétricas (infra-estrutura, iluminação, tomadas, cabos, calhas, caixas, quadros e luminárias);
- Instalações hidrossanitárias (louças e metais, água fria e esgoto sanitário);
- Instalações especiais de Dados e Voz, Detecção e alarme de incêndio, Prevenção e Combate a Incêndio, e Ar Condicionado;
- Pinturas em geral;

- As-built dos projetos;
- Limpeza geral e verificação final dos sistemas instalados.

6.3. Itens complementares:

6.3.1. Também farão parte do escopo, os seguintes itens complementares:

- Fornecimento dos catálogos técnicos, dos manuais de operação e manutenção de todos os equipamentos fornecidos e instalados;
- "As-built" em BIM (modelo de informação da construção) com nível de informação ND05 (Modelo virtual em três dimensões geométrica da edificação com informações de materiais, características físicas e químicas, métodos construtivos, estimativa de ciclo de vida, manuais de instalações e manutenções), de todos os projetos;
- Treinamento de pessoal para manutenção e operação dos sistemas;
- Comissionamento, testes e start-up dos sistemas.

6.3.2. Em se tratando que há o fornecimento de equipamentos específicos, os requisitos mínimos, a garantia, a manutenção e assistência técnica de fornecimento de bens e serviços estão previstos nos referidos Cadernos de Encargos. Adicionalmente, visando resguardar o investimento público de possíveis defeitos de fabricação e/ou vícios ocultos não detectáveis no recebimento, a garantia técnica exigida será de 5 (cinco) anos, para todos os itens da planilha orçamentária.

6.3.3. As marcas e modelos porventura indicados na planilha de preços e especificações técnicas servem como referência de qualidade e facilitação da descrição do objeto, estando seguidos das expressões "ou tecnicamente equivalente". A licitante vencedora poderá substituí-los por outros equivalentes, desde que demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca e/ou modelo de referência mencionado.

6.4. Justificativa Técnica e Econômica

6.4.1. A escolha dos serviços e soluções se fundamenta nos seguintes aspectos:

6.4.1.1. **Segurança e Conformidade Legal:** A modernização das instalações garantirá atendimento às normas técnicas, sanitárias, trabalhistas e ambientais, prevenindo riscos operacionais e garantindo segurança aos funcionários, servidores e seus dependentes.

6.4.1.2 **Eficiência Operacional:** As adaptações permitirão melhor distribuição dos espaços, otimização dos fluxos de trabalho e redução de custos operacionais com manutenção corretiva futura.

6.4.1.3. **Sustentabilidade e Redução de Custos:** A substituição de sistemas obsoletos por soluções mais eficientes (iluminação LED, climatização moderna, materiais sustentáveis) resultará em economia de energia e redução de desperdícios.

6.4.1.4. **Valorização Patrimonial:** A reforma e modernização das instalações prolongarão a vida útil do prédio e evitarão deterioração acelerada da estrutura.

6.5. Exigências de Qualificação Técnica:

6.5.1. Qualificação Técnica-Operacional: Comprovação de experiência da licitante em execução de obras de mesma natureza e complexidade, por meio de atestados de capacidade técnica.

6.5.2. Qualificação Técnico-Profissional: Apresentação de equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro civil, eletricitista, mecânico e arquiteto, com registro no respectivo conselho profissional (CREA/CAU).

6.5.3. A licitante deverá apresentar a Certidão de Registro e Quitação (CRQ) ou seja, inscrição da empresa no conselho profissional competente: Conselho Regional de Engenharia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, ou Conselho Regional dos Técnicos (CRT), em plena validade.

6.6. Qualificação Econômica-Financeira:

6.6.1. Comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido compatível com o volume da contratação.

6.6.2. Certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas, garantindo a regularidade da empresa contratada.

6.6.3. Balanço Patrimonial.

6.7. Habilitação Jurídica:

6.7.1. Participação de Consócio - Na presente licitação será permitida a participação de consócio, com base na seguinte justificativa:

6.7.1.1. Considerando a complexidade técnica e a elevada envergadura da contratação, que abrange serviços de reforma, restauro, retrofit e modernização em pavimento de edificação, justifica-se a possibilidade de participação de consórcios. A execução demanda expertise multidisciplinar, capacidade operacional ampliada e disponibilidade de equipamentos e equipes especializadas, requisitos que podem ser mais eficientemente atendidos por empresas reunidas em consórcio. Assim, a admissão de consórcios amplia a competitividade, favorece a seleção da proposta mais vantajosa e assegura maior segurança técnica para a execução integral do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Metodologia da Estimativa:

7.1.1. A metodologia utilizada para estimativa das quantidades a serem contratadas, teve como base os projetos executivos de arquitetura e das instalações prediais, que foram elaborados em plataforma BIM, e nos Cadernos dos Memoriais Descritivos da Reforma da Creche da SEMS-RJ. Todos os quantitativos dos serviços a serem executados são extraídos automaticamente dos softwares utilizados para a elaboração dos projetos na plataforma BIM, que neste caso desses serviços, foi utilizado o Software REVIT da AutoDesk.

7.1.2. Na construção civil, a tecnologia BIM (Building Information Modeling) vai além da representação 3D do edifício: ela incorpora informações técnicas, quantitativas e funcionais em cada elemento do modelo. Essa riqueza de dados permite extrair automaticamente quantitativos precisos de materiais e serviços, transformando o processo de orçamentação e planejamento em algo mais ágil, confiável e integrado.

7.1.3. Durante a modelagem, cada componente do edifício (como paredes, lajes, vigas, tubulações, dutos, esquadrias, etc.) é criado como um objeto inteligente, que contém não apenas a geometria, mas também propriedades como:

7.1.3.1 Tipo de material

- Dimensões (comprimento, largura, altura, espessura)
- Volume, área, comprimento
- Fornecedor, custo unitário, desempenho térmico, resistência, etc.

7.1.4. A partir do modelo BIM finalizado, é possível gerar tabelas de quantitativos automáticas. Essas tabelas são criadas com base em:

- Filtros e seleções por categoria (ex: todas as paredes de alvenaria)
- Parâmetros personalizados (ex: tipo de tijolo, argamassa, acabamento)
- Relações entre objetos (ex: quantidade de tomadas por cômodo)

7.1.5. O software então calcula automaticamente:

- Área de paredes
- Volume de concreto em pilares e lajes
- Comprimento de instalações elétricas e hidráulicas
- Quantidade de portas, janelas, luminárias, etc.

7.1.6. Quantitativos Automáticos Inerentes à Tecnologia BIM: um dos grandes diferenciais do BIM é que os quantitativos são inerentes ao modelo — ou seja, não precisam ser medidos manualmente em desenhos 2D. À medida que o modelo é atualizado, os quantitativos são recalculados automaticamente, garantindo:

- Consistência entre projeto e orçamento
- Redução de erros de leitura ou cálculo
- Atualização em tempo real diante de alterações de projeto

7.1.7. A dimensão 5D do BIM trata sobre o orçamento de uma edificação. Como o BIM trabalha com a parametria, todos os materiais colocados na edificação geram, automaticamente, uma tabela de custos, que deve ser gerenciada adotando os preços dos insumos da localidade. Como o BIM trabalha com a reprodução de um modelo digital da edificação, obtém-se um orçamento do custo da edificação, especialmente dos materiais a serem utilizados. Como o BIM trabalha com a parametrização, qualquer substituição de item ou material é feita de forma automática e, portanto, o planejamento do orçamento torna-se mais preciso e atualizado em tempo real.

7.1.8. A dimensão 5D (5D = modelagem + tempo + custos). do BIM, que é o orçamento, está relacionada a estimativa de custo da obra, adicionando a variável custo aos elementos que compõem o modelo 3D e considerando o planejamento 4D, ou seja, adicionando a variável custo ao modelo 4D. Aproveitar os componentes do modelo para gerar informações precisas de custo é o que está no âmago da dimensão 5D. Tais dados permitem que os orçamentistas extraiam com maior facilidade as quantidades dos componentes, alcançando assim, com maior precisão, o custo geral para o desenvolvimento de um projeto. A extração de

quantitativo ocorre de forma automatizada, diretamente do modelo, e integrada diretamente a software BIM de orçamentação ou a tabelas específicas para geração do orçamento.

7.2. Memória de Cálculo:

7.2.1. A memória de cálculo da estimativa das quantidades de serviços a serem contratados foram geradas automaticamente pelos softwares da elaboração dos projetos executivos em plataforma BIM. Todas as planilhas estão nos Apêndices dos Levantamentos dos Quantitativos

7.2.2 A planilha de cálculo consolidada da estimativa das quantidades de serviços a serem contratadas foi elaborada após o levantamento dos quantitativos dos serviços de cada disciplina (Arquitetura, Hidráulica, Elétrica e Climatização) e foi importada para o software de orçamentação Orçafascio.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.650.155,39

8.1 Metodologia da Pesquisa de Preço

8.1.1. Planilha orçamentária - Decreto 7.983/2013

8.1.1.1. Entretanto, num levantamento de necessidades da reforma da Creche da SEMS-RJ, foi elaborado uma planilha estimativa, utilizando-se dos itens estabelecidos em planilhas de serviços com insumos diversos descritos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, na forma não desonerada.

8.1.1.2. De acordo com o § 2º, inciso I, do artigo 23, da Lei 14.133/2021, o parâmetro utilizado para a pesquisa de preços foi a composição de custos unitário extraídos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI). As composições de custos unitários dos serviços foram definidas com base no levantamento dos quantitativos constantes nos projetos executivos de arquitetura e instalações elaborados para a Reforma da Creche da SEMS-RJ.

8.1.1.3. Foram elaboradas as composições de custo unitário de cada serviço, registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários a execução de uma unidade de medida do referido serviço. Prioritariamente, foi utilizado como referência o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), para a região do Rio de Janeiro, como determina o Art. 3º, do Decreto nº 7.983 (que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências) e a Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. Seguindo a metodologia do SINAPI, consta em cada composição elaborada:

- Descrição: caracteriza o serviço, explicitando os fatores que impactam na formação de seus coeficientes e que diferenciam a composição unitária das demais;
- Unidade de medida: unidade física de mensuração dos serviços representados;
- Itens de formação: elementos necessários à execução de um serviço, podendo ser insumos (materiais, equipamentos ou mão de obra) e/ou composições auxiliares;
- Coeficientes de consumo e produtividade: quantificação dos itens de formação considerados na composição de custo de um determinado serviço.

8.1.3. Para as composições não encontradas na tabela SINAPI, foram utilizados os sistemas oficiais de referências dos órgãos estaduais relacionadas abaixo:

a) Orse - É muito utilizada para realizar orçamentos, pois oferece uma base de preços bastante completa. Desenvolvida e mantida pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - CEHOP, o ORSE conta com 9.745 insumos e 9.540 composições de preços unitários.

b) SEDOP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará.

c) SETOP - É a planilha referencial de preços para as obras do Estado de Minas Gerais. São mais de 3 mil itens de composições de custos unitários, com preços regionalizados e atualizados, para garantir melhores condições de execução e maior resultado econômico das obras.

d) SEINFRA- CE - Sistema de Orçamento de Obras Públicas, mantido pela Secretaria da Infraestrutura do Ceará.

e) SETOP - Planilha referencial de preços para as obras de edificação do Estado de Minas Gerais.

f) IOPES - Tabela de referência de preços e composições de custos unitários de serviços para obras de edificações do estado do Espírito Santos.

g) SIURB - As Tabelas de Custos são adotadas nos orçamentos de Projetos e Obras a serem licitados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), como também por outras secretarias e órgãos da Prefeitura de São Paulo (PMSP). Os custos unitários dos serviços integrantes nas tabelas, são compostos com os insumos cujos valores de mercado são levantados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), e a atualização e publicação é realizada semestralmente, ou seja, nos meses de janeiro e julho. O acesso é fácil e rápido por meio do site da Prefeitura, página da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, em Tabelas de Custos, dividida em: Tabelas sem desoneração e Tabelas com desoneração. Todos os dados que compõem as tabelas, estão em arquivos desenvolvidos em Word e Excel.

h) SIURB INFRA - Documento de preços e serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras de São Paulo, utilizada para orçamentos e licitações públicas na cidade de São Paulo e servindo como referência em todo país para obras de infraestrutura.

i) SUDECAP - É o principal órgão executor das obras de infraestrutura urbana e dos bens imóveis públicos em Belo Horizonte e tem por objetivo implementar a política governamental para o Plano de Obras do município em colaboração com a administração direta do Poder Executivo.

j) CPOS/CDHU - Companhia Paulista de Obras e Serviços/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

k) FDE - Fundação para Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.

l) AGESUL - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos do Mato Grosso do Sul.

m) AGETOP CIVIL - Tabelas de preços de obras rodoviárias e civis, da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA), que são referências na elaboração de orçamentos públicos praticados em todo o Estado de Goiás. É um instrumento que possibilita a continuidade das intervenções promovidas pelo Governo de Goiás e, também, influencia os cálculos dos custos estimados por fornecedores do mercado da construção, prefeituras e secretarias municipais e estaduais.

n) EMBASA - Fundação para Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.

o) CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte.

p) EMOP - Documento oficial do governo do Rio de Janeiro que fornece um catálogo de preços de insumos e composições de preços unitários, sendo usada para orçamentos e planejamento de obras públicas no estado.

q) SCO - Sistema de Custo de Obra (SCO-RIO) é uma tabela de referência para obras e serviços de engenharia no município do Rio de Janeiro, utilizada para elaboração de orçamento de projetos e obras públicas, são baseadas em pesquisa de preços da Fundação Getúlio Vargas.

8.1.4. Foi adotado o preço médio para os itens coletados, os quais foram inseridos em Composições de Preços Unitários denominadas "Próprias", criadas/adaptadas com o código CGINFRA (CGENG). Foram utilizadas as tabelas de referência do itens anteriores para estimar os preços unitários nas CPU Adaptadas, sendo que os custos dos insumos de mão de obra são os constantes da Tabela de Referência do SINAPI.

8.1.5. Foram observadas a potencial economia de escala (verificação de compra de grande vulto) e as peculiaridades do local da execução do objeto (Rio de Janeiro/RJ).

8.2. Regime Tributário

8.2.1. Foi realizada uma simulação dos preços dos serviços com base em dois cenários tributários: custos desonerados (acrescido o percentual da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta - CPRB) versus custos não desonerados (contribuições a Seguridade Social em percentuais normais de Lei), para fins de definir qual a opção mais vantajosa para a Administração. Para a escolha da planilha desonerada ou não desonerada, foi feito um comparativo entre uma e outra, e constatou-se que, no caso específico, a planilha não desonerada ficou mais vantajosa para a Administração Pública, conforme acima especificado. Verificou-se que os custos não desonerados (custos onerados) são mais vantajosos quando foram utilizadas as tabelas do SINAPI e demais tabelas de referência com os encargos sociais não desonerados.

Valor não Desonerado = R\$ 3.650.155,39

Valor Desonerado = R\$ 3.718.727,53

8.3. Memória de Cálculo do Preço de Referência

8.3.1. Com relação à mão de obra, foram incluídos, nos seus custos, os encargos sociais (ou leis sociais). Todos os custos de mão-de-obra utilizados nos orçamentos terão como referência o SINAPI. Os encargos sociais, portanto, são calculados de acordo com o Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI.

8.3.2. Finalmente, para a obtenção do preço final estimado para a Reforma, foi aplicado sobre o custo direto total da obra, a taxa de Benefício e Despesas Indiretas (BDI). O BDI está será apresentado de forma destacada, demonstrando os valores e critérios aplicados. O critério para definição da taxa de BDI a ser utilizada está de acordo com o disposto no Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário. Está sendo apresentado, também, o BDI diferenciado, referente a aquisição de equipamentos para o sistema de ar condicionado.

8.3.3 Na planilha sintética constam as seguintes colunas:

- item,
- fonte,
- código,
- descrição dos serviços,
- unidade de medida,
- quantidade,
- custo unitário,
- BDI unitário,
- preço total sem BDI e
- preço total com BDI.
- Os preços apresenta 2 casas decimais (sem dígitos ocultos, com arredondamento).

8.3.4. O orçamento sintético, referente a todos os projetos (arquitetônico, elétrico, hidrossanitário, instalações especiais, etc.), será apresentado em apenas um documento, em arquivo eletrônico, na extensão .xls e exportado em .pdf, assinados pelo responsável técnico. O valor estimado final é de R\$ **3.650.155,39 (três milhões, seiscientos e cinquenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos)**.

8.3.5. Resumindo, nas Planilhas Orçamentárias Sintética e Analítica constam todas as etapas componentes necessárias para a execução dos serviços, incluindo os profissionais necessários à realização de cada uma delas, os valores de mercado da mão de obra necessária e os respectivos coeficientes de produtividade, os quantitativos que serão utilizados e expressos em unidade de medida, os tributos e encargos sociais incidentes sobre a mão de obra (indicados em percentual), os insumos que serão utilizados, seus respectivos valores e quantitativos também expressos em unidades de medida objetivos

8.3.6. Constam, também, os demais valores envolvidos no cumprimento dos serviços da Reforma da Creche da SEMS-RJ, tais como os serviços auxiliares e administrativos (administração local, cópias de projetos, anotação de responsabilidade técnica, taxas de registro de contrato). Na composição do BDI constam o rateio da administração central, tributos incidentes sobre o preço que sejam de responsabilidade da contratada (ISS, PIS, COFINS), taxa de risco e imprevistos, seguro, garantia, despesas financeira e taxa de lucro.

8.3.7. A planilha orçamentária com os itens, fonte, código e quantidade foi importada para Software de Orçamento que gerou automaticamente os relatórios abaixo relacionados, que farão parte do processo licitatório:

- Orçamento Resumo;
- Orçamento Sintético;
- Orçamento Analítico - Composições de Preços Unitários;
- Curva ABC de insumos;
- Curva ABC de serviços;
- Cronograma Físico-Financeiro;

8.3.8. O Cronograma físico-financeiro consiste na divisão dos serviços da Reforma em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada e comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Parcelamento Técnica e economicamente inviável

9.1.1. As contratações, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). No que diz respeito ao parcelamento a Súmula 247 de 10/11/2004 do TCU abre exceção para contratação por grupo, nos casos em que haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou a perda de economia de escala. Aqui temos como parâmetro o Acórdão 4039/2020 - TCU - Plenário, que decidiu:

"9.5.7.8 avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir forem positivas: (i) é tecnicamente viável dividir a solução?; (ii) é economicamente viável dividir a solução?; (iii) não há perda de escala ao dividir a solução; (iv) há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da solução ao dividir a solução?"

9.1.2. Para a pergunta (i), tem-se a informar que, **tecnicamente**, a solução a ser adotada não é o parcelamento. Para a área de engenharia, que trata o objeto deste ETP, é imprescindível que se tenha apenas uma empresa responsável técnica pelos serviços, pois trata-se de escopo de um objeto único com serviços e sistemas interdependentes, a ser executado pela contratada em uma sequência única. O parcelamento e, consequentemente, execuções por diversas empresas, poderiam gerar interrupções indesejadas, gerando conflitos de compatibilização dos sistemas/serviços e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, revelando risco de impossibilidade de execução satisfatória do serviço, ferindo o princípio da eficiência. Com a contratação de uma única empresa, poderá obter soluções com maior rapidez e mais facilidade para a correção de problemas, interferências ou defeitos que impactam na eficiência dos serviços.

9.1.3. Esclarece-se que os serviços da reforma são interdependentes de várias maneiras, especialmente quando se trata de um ambiente que deverá ser instalados vários tipos de materiais de acabamentos (tetos, paredes, pisos), várias instalações prediais e especiais (elétricas, hidrossanitárias, combate a incêndio, ar condicionado, rede estruturada, alarme de incêndio, etc). Todos os ambientes da Reforma estão em um área contínua no pavimento do Prédio, facilitando a contratação de uma única empresa para a execução das obras civis. A seguir, algumas justificativas para que os serviços de engenharia não sejam parcelados:

9.1.3.1. **Segurança e regulamentação de construção:** Os serviços de obras civis e das instalações prediais são regulamentados pelas mesmas normas da ABNT, códigos de construção e regulamentos de segurança do Ministério do Trabalho (NR).

9.1.3.2. **Utilização dos espaços:** A área destinada para a Reforma está localizada no 2º pavimento do Prédio com acesso único pelos elevadores no Térreo. Todos os serviços serão executados no mesmo local e poderão ser atacados ao mesmo tempo (conjuntamente), não havendo interferências entre as áreas e as frentes de serviços, que estão livres e desocupadas para início dos serviços.

9.1.3.3. **Proteção patrimonial:** A contratação de uma única empresa de engenharia facilita a segurança e manutenção da área da construção, com acesso independente do Prédio e com isolamentos com a nova área a ser reformada.

9.1.3.4. **Especificidade dos materiais e equipamentos:** Os materiais, equipamentos e serviços referentes à reforma são geralmente da mesma categoria e estão literalmente relacionados às atividades de construção civil, sendo de fácil fornecimento e aplicação.

9.1.3.5. **Certificações e testes:** A área da creche da SEMS-RJ funcionará em conjunto, sendo que todos os equipamentos específicos das instalações elétricas (iluminação, tomadas, cabos), hidrossanitárias (louças e metais), ar condicionado, dados e voz, combate a incêndio e alarme de incêndio deverão ter suas certificações conferidas e os testes deverão ser realizados antes do funcionamento pleno dos ambientes.

9.1.4. Para a pergunta (ii), sob o prisma **econômico**, que se traduz na obtenção de benefício com o menor dispêndio de recurso financeiro, é recomendado o não parcelamento, tendo em vista a diminuição significativa dos custos com uma única administração local e uma única equipe técnica, além da economia de escala com os materiais a serem aplicados. Realizar diversas contratações acrescentariam custos diretos e indiretos no orçamento analítico bem como gerariam custos adicionais com mais processos licitatórios e gestões de contrato em separado. Isso porque restariam duplicados os custos de Serviços Auxiliares e Administrativos (Pessoal e Anotação de Responsabilidade Técnica); Serviços Preliminares (Placa de Obra), Canteiro de Obras, serviços complementares, limpeza da obra, etc.

9.1.5. Para as obras de engenharia, o parcelamento é tecnicamente e economicamente inviável, pois poderia acarretar em uma perda de qualidade, e de economia de escala. Contudo, o orçamento foi elaborado de maneira discriminada por tipo de serviço no intuito de contemplar todas as etapas de serviço ou fornecimento de materiais, de modo que se possa visualizar algum tipo de parcelamento ou aquisição de material fora do contrato de engenharia, caso seja necessário.

9.1.6. Para a pergunta (iii), a contratação de uma única empresa de engenharia potencializa ganhos de escala e de gestão contratual, considerando que a execução conjunta das atividades levará maior celeridade para a conclusão dos serviços, que estão localizados em ambientes contínuos e, em uma mesma área do Prédio. Além disso, evita-se o dimensionamento de estruturas redundantes (encarregados, administração central e local, deslocamentos, responsáveis técnicos); portanto, gera economicidade. Ainda, facilita a imputação de responsabilidades à uma só empresa por danos causados na edificação, falhas de funcionamento de equipamentos, instalações e afins melhorando o aspecto da gestão contratual.

9.1.7. Em resumo, os serviços de engenharia para a Reforma, Adequação e Reparos na Creche da SEMS-RJ, objeto deste ETP, estão interligados no sentido de que a execução conjunta é essencial para a segurança, regulamentações e funcionamento adequado no Prédio existente. Ao planejar e executar projetos de construção, é importante considerar como esses serviços se interagem e são complementares um ao outro e garantir que as instalações dos mesmos sejam implementadas de maneira eficaz e coordenada.

9.1.8. Por fim, conforme o inciso I, § 3º do Art. 40 da Lei 14.133/2021 o parcelamento não será adotado quando "a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor". Neste caso em tela, o parcelamento não será adotado, ou seja, a obra de engenharia (obras civis e instalações) será licitada em uma única licitação, não sendo viável parcelar a referida obra de engenharia. Neste caso uma empresa ficará responsável por todo o processo de reforma, o que evitará conflitos de acusações entre empresas em caso de problema na execução dos serviços.

9.2. Ampliação da competitividade

9.2.1. Com relação a pergunta (iv), o objeto deste ETP - **Reforma da Creche Albert Sabin da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada 4º andar do Prédio da ANS, no Rio de Janeiro/RJ**, é indivisível (será considerada como 1 item na planilha de Concorrência) e isto não reduz a competitividade e nem a especialidade na execução dos serviços, sendo possível a ampla participação dos licitantes que possuem habilitação para um serviço desse porte. Para este tipo de serviço, há uma grande quantidade de empresas de engenharia que atuam neste ramo de reforma de edificações e possuem capacidade técnica e operacional para a participação na licitação, ou seja, aproveitar-se-á bem o que o mercado oferece.

9.3. Justificativa do parcelamento ou não

9.3.1. Mediante o exposto, tendo em vista que as quatro respostas do item 9.1.1 são negativas, o objeto desta ETP em questão não será parcelado, pois o parcelamento **não** é tecnicamente viável, **não** é economicamente viável dividir a solução, **não** haverá ganho de escala se dividir a solução e **não** haverá melhor aproveitamento do mercado se parcelar o objeto. E tudo isso poderá acarretar em uma perda de qualidade, de continuidade e de economia de escala, ou seja, parcelar poderá gerar prejuízos e atrasos significativos. Nesse sentido, esclarece que após análise optou-se pelo NÃO PARCELAMENTO do objeto.

9.4. Justificativa para o Não Parcelamento dos Equipamentos de Climatização

9.4.1. O parcelamento da contratação, segregando os equipamentos de climatização da execução dos serviços de reforma e das respectivas redes de dutos e instalações frigorígenas, não se mostra viável técnica nem operacionalmente.

9.4.2. Isso porque a definição, o dimensionamento e a instalação da rede de dutos e da infraestrutura frigorígena são intrinsecamente dependentes das características técnicas dos equipamentos de climatização, não sendo possível projetar e executar adequadamente a infraestrutura sem a prévia especificação e integração dos equipamentos correspondentes.

9.4.3. Além disso, o pleno funcionamento do sistema de climatização exige o comissionamento dos equipamentos e o balanceamento dos dispositivos de insuflamento e retorno de ar, atividades que só podem ser realizadas quando a mesma empresa é responsável tanto pelos equipamentos quanto pela infraestrutura instalada.

9.4.4. O parcelamento poderia gerar riscos significativos à administração, tais como:

- incompatibilidade entre os equipamentos adquiridos e a infraestrutura executada, prejudicando o desempenho do sistema;
- dificuldade de responsabilização, em caso de mal funcionamento, uma vez que a empresa responsável pelos equipamentos poderia atribuir falhas à infraestrutura e vice-versa;
- risco de retrabalhos, ajustes ou substituições de peças e componentes;
- elevação do custo global, decorrente de adaptações não previstas.

9.4.5. Dessa forma, sob a ótica técnica e de gestão de riscos, a contratação integrada, incluindo tanto os equipamentos de climatização quanto a execução completa de sua infraestrutura, é a solução mais adequada, segura e vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e não prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Alinhamento ao Planos do MS e Políticas Públicas

ALINHAMENTO AOS PLANOS DO MS - Indicar se a contratação está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico (https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_2020_2023.pdf);

11.1.1. A função do Ministério da Saúde - MS é dispor de todas as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias, melhorando a vigilância à saúde. Assim, o MS possui o desafio de garantir o direito do cidadão ao atendimento à saúde e prover condições para que esse direito esteja ao alcance de toda a população brasileira.

11.1.2. Este projeto buscou compatibilizar as condições físicas existentes com as necessidades funcionais e pedagógicas de uma unidade de educação infantil, assegurando o cumprimento das exigências normativas e o atendimento pleno às demandas dos servidores e de seus dependentes. O projeto reafirma o compromisso institucional do Ministério da Saúde com a valorização de seus servidores e com a promoção do desenvolvimento infantil em ambiente seguro, acessível e saudável. Além de proporcionar melhores condições de conforto e funcionalidade, a nova creche reforça as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, integrando-se às ações de saúde e bem-estar que caracterizam a atuação do MS.

11.1.3. Por meio dos seus agentes públicos o Ministério da Saúde concretiza sua atividade-fim. A contratação dos serviços da Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ, visa melhorias físicas no pavimento cedido para o funcionamento da creche da SEMS/RJ, por meio da realização de reforma/adaptação/reparos nas dependências do 2º andar do Prédio, com o fim de garantir melhor segurança na utilização das instalações prediais, e de adaptá-las às normas de acessibilidade, bem como de manter a qualidade do imóvel e o bom funcionamento das instalações prediais civis, elétricas, eletrônicas, hidráulicas e sanitárias para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo-se, assim, o adequado padrão operacional. Nesse sentido, os serviços são essenciais para o bom funcionamento da creche da SEMS/RJ, a fim de manter o imóvel em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetivando, ainda, conservar o bem público, evitando-se, desta forma, transtornos para a SEMS/RJ no desempenho das atividades que a creche requer.

11.1.4. Este objeto da contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Saúde para o período de 2024 a 2027, em conformidade com o **Plano Plurianual (PPA 2024-2027), a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD 2020-2031) e o Plano Nacional de Saúde (PNS 2024-2027).**

11.1.5. Diante da complexidade das atribuições exercidas pelo Ministério da Saúde demonstra-se que o objeto em referência deve ser tratado como serviço essencial e imprescindível para conforto, saúde, acessibilidade e segurança dos funcionários, servidores e seus dependentes que farão uso das instalações da creche da SEMS-RJ. Especial atenção foi dada à criação de um ambiente humanizado e seguro, que favorecesse o desenvolvimento infantil e o bem-estar das crianças e profissionais. O projeto da creche está alinhado com o Manual de Construção e Adequação de Creches e Pré-Escolas do FNDE/MEC e o Decreto Estadual nº 42 /2018 (CBMERJ) e demais normas aplicáveis, assegurando rotas acessíveis, proteção contra incêndio e pânico, ventilação adequada e o uso de materiais atóxicos e laváveis.

11.1.6. No que se refere à necessidade de atestar, no início da contratação a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, o mesmo está previsto na no Programa de Trabalho 10.122.0032.2000.0001, PTRES 173196, Fonte de Recursos 1001000000 (ou 1002000000 ou 3129000000), Natureza de Despesa 44.90.51, Subelemento 91 (Despacho 0052048945), no Plano Orçamentário 000Q, UG/Gestão 250110/00001, prevista e aprovada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, e, por enquanto, adequada ao aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2026 (LOA 2026) - Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026

11.1.7. Assim, esta Equipe de Planejamento da Contratação entende que os requisitos estabelecidos no art. 105 da Lei nº 14.133 /2021 foram atendidos, de forma a subsidiar o ateste da autoridade competente para futuramente celebrar o presente contrato.

11.2 Alinhamento ao Plano Anual de Contratações

11.2.1. A presente contratação para Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ, está alinhada às necessidades estratégicas da Administração Pública, visando a modernização das instalações e a garantia de condições adequadas para o funcionamento das atividades do Ministério da Saúde.

11.2.2. No que se refere ao Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026, a demanda foi devidamente incluída pelo Documento de Formalização da Demanda - DFD 78/2026, no valor de 3.653.122,79 (três milhões seiscentos e cinquenta três mil, cento e vinte dois reais e setenta e nove centavos).

11.3 Planejamento de Logística Sustentável (PLS)

11.3.1. O Ministério da Saúde conta com o Planejamento de Logística Sustentável (PLS), o qual serviu de base para o planejamento da contratação e execução dos serviços aqui tratados.

11.3.2. Foram observadas as diretrizes do referido PLS, visando promover contratações públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País. Isso inclui a promoção de práticas sustentáveis em todas as etapas do processo licitatório, desde a definição dos critérios de seleção até a execução dos contratos, visando garantir a eficiência econômica, social e ambiental das aquisições realizadas pelo Ministério da Saúde.

11.3.3. A celebração deste contrato contribuirá positivamente para o alcance dos resultados a ser alcançados pelo Ministério da Saúde, mais especificamente em relação as seguintes diretrizes do PLS:

- Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações;
- Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos;
- Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.
- Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios.
- Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para administração
- Exigir do licitante o cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.
- Prever, nos editais, a exigência de percentual mínimo de obra responsável pela execução do objeto constituído por egressos do sistema prisional e por mulheres vítimas de violência doméstica.
- Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis e os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- Estimular o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.
- Garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as dependências e serviço das edificações públicas, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes
- Aumentar a quantidade de negócios de impacto (empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável), por meio do apoio ao envolvimento de empreendimentos com as demandas de contratações públicas
- Instituir o Programa Coleta Seletiva Cidadã
- Buscar a padronização e centralização de procedimentos, sempre que pertinente
- Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos
- Estabelecer procedimentos de destinação de imóveis de uso especial de domínio da União para fins de racionalização do uso e compartilhamento de áreas entre os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta.
- O Índice de Ocupação máximo do imóvel será de 12m² de Área Computável por posto de trabalho e o mínimo, de 9m² de Área Computável por posto de trabalho.
- Obedecer as diretrizes de licenciamento ambiental, e também quais as competências de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dentro deste contexto do referido licenciamento, nos projetos de obras e/ou serviços de engenharia
- Seguir as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, nos projetos de obras e/ou serviços de engenharia
- Observar os critérios e parâmetros técnicos nos projetos de obras e/ou serviços de engenharia nos aspectos de construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade dos cidadãos
- Realizar projetos sustentáveis de obras e ou serviços de engenharia ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável, envolvendo as múltiplas variáveis que se adequem aos projeto de obras e/ou serviços de engenharia, entre as quais o uso racional água, energia, seleção de materiais

11.4 Resíduos Sólidos

11.4.1. Resíduos e rejeitos são causadores de grande impacto ambiental. por este motivo, na execução dos serviços da Reforma do SEMS-RJ, a Contratada deve ter como diretrizes as seguintes políticas:

- a) Da não geração;
- b) Da redução;
- c) Da reutilização;
- d) Do tratamento; e,
- e) Da disposição adequada de resíduos sólidos .

11.4.2. Deverão ser obedecidas as seguintes políticas públicas:

- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2010);
- Coleta Seletiva Cidadã na Administração Pública Federal (Decreto n. 10.936, de 2022);
- Política de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n. 123, de 2006 e Decreto n. 8.538, de 2015);
- Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 3.298, de 1999, e Decreto n. 6.949, de 2009).

11.4.3. Assim, nos termos do inc. XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, na execução dos serviços de construção civil, deve ser dada prioridade em adquirir produtos reciclados e recicláveis e que sejam considerados os critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ. representa um marco de adequação e modernização dos espaços institucionais do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, concebida a partir de um processo técnico criterioso e colaborativo. Desde as etapas iniciais, o projeto buscou compatibilizar as condições físicas existentes com as necessidades funcionais e pedagógicas de uma unidade de educação infantil, assegurando o cumprimento das exigências normativas e o atendimento pleno às demandas dos servidores e de seus dependentes.

12.2. A proposta foi desenvolvida segundo princípios fundamentais de segurança, acessibilidade, conforto ambiental, funcionalidade e sustentabilidade, sempre respeitando as limitações impostas pela infraestrutura e estrutura do edifício. Especial atenção foi dada à criação de um ambiente humanizado e seguro, que favorecesse o desenvolvimento infantil e o bem-estar das crianças e profissionais.

12.3. Foram observadas as diretrizes da ABNT NBR 9050, RDC nº 50/2002 – ANVISA, que dispõe sobre planejamento físico de estabelecimentos assistenciais de saúde, mas suas diretrizes servem de base para ambientes de cuidado infantil e lactário, quanto à higiene, ventilação e fluxos limpos/sujos, a recomendação do Manual de Construção e Adequação de Creches e Pré-Escolas do FNDE /MEC e o Decreto Estadual nº 42/2018 (CBMERJ) e demais normas aplicáveis, assegurando rotas acessíveis, proteção contra incêndio e pânico, ventilação adequada e o uso de materiais atóxicos e laváveis.

12.4. A consolidação dessas informações e definições originou um projeto alinhado às diretrizes executivas, capaz de subsidiar de forma segura a licitação e a execução da obra, atendendo integralmente à Lei nº 14.133/21. Um dos maiores desafios enfrentados ao longo do processo foi a redução da área física disponível, na nova implantação. Essa limitação exigiu da equipe técnica um esforço de otimização e redistribuição funcional dos espaços, conciliando as restrições estruturais e de circulação com a necessidade de preservar todos os ambientes essenciais para o adequado funcionamento da creche. A solução adotada priorizou a eficiência espacial, com layout flexível, áreas de apoio integradas e fluxos organizados que favorecem a comunicação e a colaboração entre os setores.

12.5. A proposta arquitetônica foi concebida considerando as restrições construtivas do prédio da ANS, evitando intervenções que comprometessem sua integridade e respeitando as condições originais das instalações. As adaptações foram planejadas para serem reversíveis e tecnicamente seguras, mantendo o equilíbrio entre a preservação do edifício e a criação de espaços adequados ao uso infantil. Outro aspecto relevante foi a participação efetiva da equipe da creche nas discussões e validações do projeto. A contribuição dos profissionais que vivenciam o dia a dia da unidade foi fundamental para orientar decisões relativas à disposição dos ambientes, fluxos internos e soluções de apoio pedagógico, garantindo que o resultado final refletisse de forma fiel as necessidades operacionais e educacionais da instituição.

12.6. O projeto reafirma o compromisso institucional do Ministério da Saúde com a valorização de seus servidores e com a promoção do desenvolvimento infantil em ambiente seguro, acessível e saudável. Além de proporcionar melhores condições de conforto e funcionalidade, a nova creche reforça as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, integrando-se às ações de saúde e bem-estar que caracterizam a atuação do órgão.

12.7. Assim, consolida-se como uma referência técnica e metodológica para futuras iniciativas de implantação ou adequação de creches em edificações públicas, especialmente em contextos de adaptação de imóveis existentes. Ele demonstra que, mesmo diante de

limitações físicas e estruturais, é possível conceber soluções arquitetônicas eficientes, seguras e humanizadas, voltadas ao cuidado, à educação e ao desenvolvimento integral da primeira infância.

12.8. Com relação aos ganhos diretos, as melhorias físicas no 2º andar do Prédio da ANS cedido para a SEMS/RJ, por meio da realização de reforma/adaptação/reparos no referido pavimento, terá o fim de garantir melhor segurança na utilização das instalações prediais, e de adaptá-las às normas de acessibilidade, bem como de manter a qualidade do imóvel e o bom funcionamento das instalações prediais civis, elétricas, eletrônicas, hidráulicas e sanitárias para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo-se, assim, o adequado padrão operacional.

12.9 Os serviços são essenciais para o bom funcionamento da Creche Albert Sabin da SEMS /RJ, a fim de manter o andar em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetivando, ainda, conservar o bem público, evitando-se, desta forma, transtornos para a SEMS/RJ no desempenho cotidiano das atividades da creche.

12.8 A reforma da creche está sendo planejada levando em consideração diversos aspectos de efetividade e desenvolvimento sustentável. Em termos de economicidade, é possível buscar soluções que otimizem o uso de recursos financeiros, como a implementação de práticas sustentáveis que reduzam o consumo de energia e água, e o uso de materiais de construção ecologicamente corretos. Ver diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme apresentado no item anterior (11.3)

12.9 Quanto à eficácia e eficiência, o projeto prioriza a criação de um ambiente que atenda às necessidades dos usuários, com uma infraestrutura que promova a redução do desperdício e a maximização do aproveitamento dos recursos disponíveis. Isso inclui a implementação de sistemas de gestão de resíduos da reforma, uso de tecnologias sustentáveis, instalações prediais de última geração, assim como instalações especiais de segurança, dados e climatização.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Necessidade de capacitação

13.1.1. A CONTRATADA deverá oferecer a capacitação/orientação para os servidores/funcionários terceirizados que forem indicados pela CONTRATANTE, de forma a garantir adequada e plena utilização e manutenção dos equipamentos da Reforma e dos sistemas instalados (Dados e Voz, Combate a Incêndio, Ar condicionado, Água e esgoto, Alarme de incêndio, etc.).

13.2. Cronograma de atividades de adequação

13.2.1 Considerando que o Edifício da ANS está em pleno funcionamento na maioria de seus, a situação ideal é que a reforma do pavimento da Creche seja realizada em comum acordo com a Administração do Condomínio e de acordo com os regramentos para execução de obras no Edifício. E que todos os serviços da reforma do 2º pavimento sejam efetuados o mais breve possível, para não acarretar prejuízos ou interferências nos outros pavimentos que já estão ocupados.

13.2.2. Ademais, a execução dos serviços da Reforma 2º Pavimento será realizada com o Prédio em situação de pleno funcionamento devendo a contratada manter as áreas de intervenções devidamente isoladas, protegidas e limpas, devendo ser realizado um prévio planejamento para acesso e movimentação dos funcionários da futura contratada, assim como, o transporte de materiais para a obra. Faz-se necessário contactar o Condomínio para fins de obter as regras para a realização de obras no Edifício.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ. pode gerar diversos impactos ambientais, que devem ser identificados e minimizados por meio de práticas sustentáveis. A seguir, são apresentados os principais impactos e as respectivas medidas de mitigação:

14.1.1. Geração de Resíduos Sólidos

14.1.1.1. Impacto: Produção de entulhos, sobras de materiais de construção, embalagens plásticas e metálicas, restos de madeira e resíduos perigosos (como tintas e solventes).

14.1.1.2. Medidas de Mitigação:

- Implementação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), garantindo a destinação correta dos materiais.
- Segregação e reaproveitamento de materiais recicláveis.
- Destinação adequada de resíduos perigosos conforme normas ambientais.

14.1.2. Consumo de Recursos Naturais e Matérias-Primas

14.2.2.1. Impacto: Extração e utilização de areia, brita, cimento, água e madeira, contribuindo para o esgotamento de recursos naturais.

14.2.2.2. Medidas de Mitigação:

- Priorizar o uso de materiais sustentáveis, como madeira certificada e tintas à base de água.
- Utilizar materiais reciclados sempre que possível.
- Incentivar fornecedores a adotarem práticas sustentáveis na produção de insumos.

14.1.3. Poluição Sonora e Emissões Atmosféricas

14.1.3.1. Impacto: Ruídos excessivos gerados por maquinário pesado e emissão de partículas de poeira e gases poluentes.

14.1.3.2. Medidas de Mitigação:

- Restringir horários de atividades ruidosas para minimizar impactos à vizinhança.
- Manter equipamentos em boas condições para reduzir emissões.
- Realizar umedecimento periódico das áreas de trabalho para evitar dispersão de poeira.

14.1.4. Consumo de Energia e Água

14.1.4.1. Impacto: Uso elevado de eletricidade para iluminação e equipamentos, além de alto consumo de água para limpeza e preparação de materiais.

14.1.4.2. Medidas de Mitigação:

- Utilização de lâmpadas LED e sensores de presença para iluminação eficiente.
- Reutilização de água sempre que possível, como na limpeza de áreas externas.
- Adoção de sistemas eficientes de climatização e ventilação.

14.2. Para minimizar os impactos ambientais da reforma da Creche da SEMS-RJ, é essencial seguir diretrizes sustentáveis, conforme orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União. A implementação de boas práticas ambientais contribuirá para uma obra mais eficiente, reduzindo impactos negativos e promovendo a responsabilidade socioambiental.

15. Aprovação

15.1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar 157/2025, considerando que a contratação dos Serviços para a Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ. é essencial para garantir segurança, conforto ambiental, acessibilidade, funcionabilidade, sustentabilidade e eficiência operacional, assegurando o cumprimento das exigências normativas e o atendimento pleno às demandas dos servidores e de seus dependentes. Especial atenção foi

dada à criação de um ambiente humanizado e seguro, que favorecesse o desenvolvimento infantil e o bem-estar das crianças e profissionais.

15.2. A implantação da Creche reafirma o compromisso institucional do Ministério da Saúde com a valorização de seus servidores e com a promoção do desenvolvimento infantil em ambiente seguro, acessível e saudável. Além de proporcionar melhores condições de conforto e funcionalidade, a nova creche reforça as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, integrando-se às ações de saúde e bem-estar que caracterizam a atuação do Órgão.

16. Lei de Acesso a Informação

16.1 Declara-se que este documento é PÚBLICO, uma vez que seu conteúdo não se caracteriza em ultrassecreto, secreto ou reservado, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527/2011

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO FERREIRA BORGES DE MORAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 14:56:28.

THAIS MARIA DAN RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:17:13.

PAULO ANTONIO ZANETTINI ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 15:15:10.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Mediante o exposto, os Serviços a serem contratados para a Reforma do 2º Pavimento do Prédio da Agência Nacional de Saúde (ANS) para a Implantação da Creche Albert Sabin, para a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro - SEMS-RJ, situada à Avenida Augusto Severo, nº 84, Bairro da Glória, no Rio de Janeiro/RJ, é viável. Trata-se de contratação necessária para a ocupação e funcionamento da nova Creche do SEMS-RJ. Esta reforma trará benefícios e facilidades para todos os servidores/colaboradores que poderão usufruir de uma área segura e confortável com ambientes limpos, controlados e fiscalizados para educação infantil de seus dependentes. Estes ambientes permitirão o pleno funcionamento das instalações a serem reformadas, permitindo que as atividades a serem desenvolvidas na creche sejam executadas a contento dos funcionários, servidores e seus dependentes. Economicamente a análise do orçamento proposto é viável, pois o mesmo contempla a execução dos serviços de engenharia devidamente especificados e necessários para o pleno funcionamento da creche da SEMS-RJ e seu custo está de acordo com os preços de mercado. Tecnicamente a solução atende aos apontamentos dos Órgãos de Controle, principalmente na obediência à Lei 14.133 /2021 e ao Decreto 11.888/2024, que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR. Ambientalmente não haverá riscos ambientais na execução dos serviços.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contrato 25/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	15/06/2026 16:47 (v 0.4)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	293/2026	25000.033591/2026-70

(Processo Administrativo nº 25000.033591/2026-70)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX][A1] , por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para reforma do 2º Pavimento para a Implantação da Creche Albert Sabin da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro - SEMS-RJ, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
---	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias,;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.18. *Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:*

8.1.18.1. *"As built", elaborado pelo responsável por sua execução;*

8.1.18.2. *Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;*

8.1.18.3. *Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;*

8.1.18.4. *Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e*

8.1.18.5. *Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*

8.1.19. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade[A8] ;
- 9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.47.3. florestas plantadas; e
 - 9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - 9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou

subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de

tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/unidade: [...];
- II. Fonte de recursos: [...];
- III. Programa de trabalho: [...];
- IV. Elemento de despesa: [...]; e
- V. Plano interno: [...]; e
- VI. Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SINVAL ALAN FERREIRA SILVA
Subsecretário de Assuntos Administrativos